



MESTRADO

PSICOLOGIA

**“Solteiras, mas não solteironas...”**  
**Perceções, significações e vivências**  
**de mulheres solteiras mais velhas**

Maria José Lopes Rola

**M**

2020



**“Solteiras, mas não solteironas...”**

**Perceções, significações e vivências de mulheres solteiras mais velhas**

**Maria José Lopes Rola**

*novembro, 2020*

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela **Doutora Sara Isabel Magalhães (FPCEUP)**.

## **AVISOS LEGAIS**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## Agradecimentos

*Aos meus pais*, por me terem sempre apoiado de todas as maneiras possíveis. *À minha mãe*, por ter respeitado o meu tempo. *Ao meu pai*, por confiar nas minhas decisões. *À minha irmã* que torce sempre por mim.

*À Professora Doutora Sara Magalhães*, por ser a melhor orientadora. Tem sido um privilégio. Obrigada pela atenção, compreensão, disponibilidade e paciência. Esta experiência fez todo o sentido devido ao seu apoio constante.

*À minha avó*, que sempre cobrou atitude por saber que eu era capaz.

*Às minhas Amigas* porque sem elas, tinha duvidado mais vezes de mim.

*Às Instituições* intervenientes, pela colaboração ativa durante todo o percurso.

*Às mulheres* entrevistadas, pela coragem. As vossas histórias são inspiradoras.

## Resumo

São esporádicas as investigações que se centram no grupo de pessoas solteiras e especificamente em mulheres solteiras. A sociedade confere uma suprema importância às relações heterossexuais românticas e assume que estas são as mais significativas na vida de uma mulher. As normas e expectativas culturais sociais normativas associadas aquilo que é percebido como sendo o papel da mulher pressionam a mulher solteira para a ideologia do casamento e da família.

Pretendeu-se, com esta dissertação, perceber como é compreendida, significada e vivenciada a solteirice em mulheres solteiras e idosas e explorar os possíveis estereótipos/rótulos, representações sociais e discriminação associados à identidade de mulher solteira e mulher idosa.

Para o efeito foram conduzidas entrevistas semiestruturadas a oito mulheres idosas solteiras com idades compreendidas entre os 65 e os 78 anos de idade. Os discursos das entrevistadas foram submetidos a análise temática (Braun & Clarke, 2006). Emergiram desta análise quatro temas principais, identificados por frases discursivas das entrevistadas: 1) “*Foi uma escolha que eu fiz*”, 2) “*Digo que sou Mãe, Mãe Solteira*”, 3) “*Na minha terra chamam-se Solteironas*”, e 4) “*Ser velha é ser triste*”. O organizador central dos temas é o *Estatuto de Solteira*, que marca todos os elementos da análise.

Entre as principais conclusões do trabalho, destaca-se que a permanência no estatuto de solteira é uma decisão voluntária desejada e uma identidade legítima. A ausência de uma parceira romântica deve ser encarada com naturalidade e como uma opção/estilo de vida. À mulher solteira ainda são atribuídos rótulos/estereótipos que a definem socialmente e que moldam a sua identidade pessoal. O estatuto de solteira impacta a trajetória de vida da mulher no que concerne também ao seu processo de envelhecimento.

**Palavras-chave:** Mulheres. Solteiras. Envelhecimento. Ideologia do Casamento e da Família. *Singlism*

## Abstract

Research sporadically focuses on the group of single people, and specifically on single women. Society attaches supreme importance to romantic heterosexual relationships and assumes that these are the most significant in a woman's life. The cultural normative norms and expectations associated with what is perceived as the role of the woman puts pressure on the unmarried woman to the ideology of marriage and the family.

The aim of this dissertation was to understand how single and older women are understood, signified and experienced and to explore possible stereotypes/labels, social representations and discriminations associated with the identity of single women and of older women.

To this end, semi-structured interviews were conducted with eight single older women aged between 65 and 78. The discourses of the interviewees were subject to thematic analysis (Braun & Clarke, 2006). Four main themes emerged from this analysis, identified by the interviewees' discursive phrases: 1) "*It was a choice I made*", 2) "*I say I am Mother, Single Mother*", 3) "*In my hometown they are called spinsters*", and 4) "*To be old is to be sad*". The central organiser of the themes is *The Status of Single*, which marks all the elements of the analysis.

Among the main conclusions of the work, it is stressed that remaining single is a desired voluntary decision and a legitimate identity. The absence of a romantic partner must be viewed naturally and as an option/style of life. Single women are still given labels/stereotypes that define them socially and that shape their personal identity. The status of single woman impacts the life trajectory of the woman with regard to her aging process as well.

**Keywords:** Women. Single. Aging. Ideology of Marriage and Family. Singlism

## Resumé

La recherche se concentre sporadiquement sur le groupe des personnes seules, et plus particulièrement sur les femmes seules. La société attache une importance suprême aux relations hétérosexuelles romantiques et suppose que celles-ci sont les plus importantes dans la vie d'une femme. Les normes et attentes culturelles normatives associées à ce qui est perçu comme le rôle de la femme font pression sur la femme non mariée pour qu'elle adopte l'idéologie du mariage et de la famille.

L'objectif de cette thèse était de comprendre comment les femmes célibataires et âgées sont comprises, signifiées et vécues et d'explorer les éventuels stéréotypes/labels, représentations sociales et discriminations associés à l'identité des femmes célibataires et des femmes âgées.

À cette fin, des entretiens semi-structurés ont été menés auprès de huit femmes âgées de 65 à 78 ans, célibataires et âgées. Les discours des personnes interviewées ont fait l'objet d'une analyse thématique (Braun & Clarke, 2006). Quatre thèmes principaux sont ressortis de cette analyse, identifiés par les phrases discursives des personnes interviewées: 1) "*C'est un choix que j'ai fait*", 2) "*Je dis que je suis mère, mère célibataire*", 3) "*Dans ma ville natale, on les appelle des célibataires*", et 4) "*Être vieux, c'est être triste*". L'organisateur central des thèmes est *Le statut de célibataire*, qui marque tous les éléments de l'analyse.

Parmi les principales conclusions du travail, il est souligné que rester célibataire est une décision volontaire souhaitée et une identité légitime. L'absence d'un partenaire romantique doit être considérée naturellement et comme une option/un style de vie. Les femmes célibataires se voient encore attribuer des étiquettes/stéréotypes qui les définissent socialement et qui façonnent leur identité personnelle. Le statut de femme célibataire a également un impact sur la trajectoire de vie de la femme en ce qui concerne son processus de vieillissement.

**Mots-clés:** Femmes. Célibataire. Vieillesse. Idéologie du mariage et de la famille.  
*Singlisme*

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	ii
<b>Resumo</b> .....	iii
<b>Abstract</b> .....	iv
<b>Resumé</b> .....	v
<b>Índice</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	2
<b>Enquadramento Teórico</b> .....	4
1. <i>O que significa ser uma pessoa solteira?</i> .....	4
2. <i>Razões de se ser uma pessoa solteira</i> .....	6
3. <i>Aspetos positivos e negativos em ser uma pessoa solteira</i> .....	11
4. <i>Ideologia do Casamento e da Família</i> .....	14
5. <i>Singlism – a solteirice</i> .....	17
6. <i>Respostas Cognitivas e Comportamentais ao Singlism</i> .....	24
7. <i>Ser solteira e envelhecer</i> .....	30
<b>Metodologia</b> .....	33
1. <i>Objetivos e Questões de Investigação</i> .....	33
2. <i>Participantes</i> .....	33
3. <i>Recolha de dados</i> .....	34
4. <i>Metodologia de análise dos dados</i> .....	35
<b>Análise e Discussão dos Resultados</b> .....	36
“ <i>Foi a escolha que fiz</i> ” .....	36
“ <i>Digo que sou Mãe, Mãe Solteira</i> ” .....	40
“ <i>Na minha terra chamam-se Solteironas</i> ” .....	44
“ <i>Ser velha é ser triste</i> ” .....	49
<b>Conclusão</b> .....	55
<b>Referências bibliográficas</b> .....	58
<b>ANEXOS</b> .....	65

## Introdução

*“Ser solteira acima de tudo deve ser uma opção, deve ser encarado pelos outros como uma opção e que as pessoas solteiras, sejam homens ou mulheres, devem ser encaradas como as outras que são casadas, são opções de vida diferentes, assim como há outras opções que tomamos na vida, é só mais uma delas.” (E4)*

A literatura psicológica acerca do grupo de pessoas solteiras é escassa. As experiências dos/as solteiros/as persistem na invisibilidade, apesar da crescente pluralidade de estilo/opções de vida relacionais não normativas que acompanhadas por uma mudança de valores incorporam uma alteração de paradigma nas sociedades modernas. Ainda assim, o casamento e a família são o núcleo normativo, uma opção assumida pela sociedade como preferível em relação a todas as outras escolhas relacionais (Byrne, 2000).

As relações românticas heterossexuais comprometidas continuam no topo da hierarquia social (Clark & Graham, 2005) e a crença que são os relacionamentos mais importantes na vida do indivíduo é socialmente e inquestionavelmente aceite (Tadesse, 2018). Desta forma, o estatuto de solteiro/a prevalece indesejável na sociedade (Van der Watt, 2015) atribuindo-se às pessoas solteiras certos estereótipos/rótulos discriminatórios que importa desconstruir. DePaulo e Morris (2005) descrevem essa crença como *“Ideologia do Casamento e Família”*, ideia que presume que a pessoa solteira vai eventualmente casar e constituir família. Contudo, esse não é, nem sempre foi, um desejo ambicionado por todos/as os/as solteiros/as cujas experiências pessoais interessam compreender. Desta forma, a temática da solteirice é cada vez mais relevante e atual. Nesse sentido na presente dissertação o foco vai para as interpretações, significações e vivências da mulher idosa solteira cuja experiência de solteirice forjada num contexto social, político, económico e cultural específico se assume importante.

A presente dissertação está delimitada em quatro secções: o enquadramento teórico, a metodologia, resultados e discussão e as conclusões. O enquadramento teórico aborda as questões ligadas à temática da solteirice (o que significa, as razões, os aspetos positivos e negativos, a ideologia do casamento e da família, o *singlism*, as respostas cognitivas/comportamentais e o envelhecimento). Na secção da metodologia é realizada a caracterização das participantes e a escolha metodológica de recolha e análise dos dados. Na terceira secção, encontram-se os resultados e a discussão e apresentam-se os temas que emergiram da análise com a respetiva discussão, conjugado com a narração

dos discursos das participantes. Por fim, são apresentadas as conclusões retiradas desta investigação, como as suas implicações, limitações e sugestões para futuros estudos.

## Enquadramento Teórico

### 1. *O que significa ser uma pessoa solteira?*

A experiência de “ser uma pessoa solteira” parece ser um tema de pouco interesse na literatura e investigação psicológica (DePaulo & Morris, 2005) sendo esporádicos os estudos que se focam, especificamente no grupo de pessoas solteiras (Almeida, 2015).

A literatura existente parece atribuir maior importância às relações heterossexuais românticas, assumindo-as como mais significativas do que todas as outras, algo que é evidente pela abundância de estudos de investigação em casais, isto em comparação a estudos que se focam no grupo de pessoas solteiras (Clark & Graham, 2005)

Ainda assim, a experiência de ser uma pessoa solteira e a consequente análise desse grupo pode fornecer um importante *insight* acerca das relações interpessoais das pessoas (Kaiser & Kashy, 2005 cit in Van der Watt, 2015) assim como, das suas vivências pessoais privadas (Budgeon, 2008).

Ao longo da literatura é perceptível a tentativa de concetualizar o fenómeno da “solteirice”. Contudo, a ambiguidade da definição do termo “pessoa solteira” (Winterstein & Rimon, 2014) não possibilita um consenso (Hertel & Schütz, 2006); e ainda que, as suas múltiplas definições sejam válidas, estas continuam incompletas e podem ser problemáticas. Cada autor/a conceptualiza o fenómeno de acordo com a sua própria definição do termo, o que implica que certos aspetos do fenómeno são negligenciados. Na verdade, o grupo de pessoas solteiras parece ser usualmente utilizado como grupo comparativo e apenas para demonstrar as vantagens de uma relação romântica (Tadesse, 2018).

Segundo DePaulo e Morris (2005), a tentativa de extrapolar definições gerais e consensuais é insuficiente e sempre deficitária quando se pretende descrever a realidade relacional dos sujeitos. Ainda assim, as pessoas solteiras parecem ser definidas de acordo com aquilo que não são (e.g. casados), ou por aquilo que não possuem (e.g. casamento e filhos), uma definição que as autoras (DePaulo & Morris, 2005) consideram incompreensível e estigmatizante desde o início. Desta forma, as pessoas solteiras são percecionadas de acordo com os papéis sociais que não possuem, ou que não desempenham (e.g. não são maridos, esposas, pais e mães), isto numa sociedade onde esses mesmos papéis são considerados normativos e “naturais”. Consequentemente, ser

uma pessoa solteira não é percecionado como uma identidade legítima, sendo apenas reconhecida por comparação (e.g. ser casado) (Adams, 1976 cit in Ibrahim & Saili, 2015).

Na definição legal do termo, pessoa solteira é aquela que oficialmente não casou<sup>1</sup>. Aqui, a característica que permite diferenciar a pessoa solteira de todas as outras, é o aspeto legal do seu estado civil. Contudo, a conceptualização que a pessoa solteira é a que não está ligada à instituição do casamento é confusa por várias razões. Desde logo pelo fato de se assumir que o grupo de pessoas solteiras é um grupo homogéneo (DePaulo & Morris, 2005) não se analisando as motivações, razões e limitações por detrás desse estatuto (Halás & Formanová, 2010). Mais concretamente, por exemplo, em Portugal, até 2010, casais do mesmo sexo estavam impedidos de casar, sendo concebível que a suas “solteirices” pudessem ser um resultado desse obstáculo legal, ao contrário de casais heterossexuais para quem a instituição matrimonial sempre esteve acessível. Outro exemplo, são os padres católicos cuja vocação implica o celibato. Em suma, e devido às restrições existentes é importante questionar esta definição legal do termo, refletindo se se aplica aqueles cuja opção lhes é ou era vedada.

Existem, contudo, definições sociais que categorizam o solteiro/a e que não se alicerçam nos seus estados legais civis. Socialmente, uma pessoa solteira poderá não ser incluída ou não se incluir nessa categoria porque tem uma parceira romântica comprometida diferindo daqueles que não a possuem (DePaulo & Morris, 2005). De fato, ter o estado civil de solteiro/a não significa a inexistência de relacionamentos românticos (Van der Watt, 2015) por isso, socialmente, o grupo de solteiros poderá também ser definido como aqueles que se consideram comprometidos numa relação/parceria romântica (DePaulo & Morris, 2005). Acopladas às relações românticas encontram-se geralmente, as parcerias sexuais (e.g. heterossexuais, homossexuais,) inclusas geralmente como um componente indissociável das relações românticas (DePaulo & Morris, 2005). O estatuto pessoal que cada casal confere ao tipo de relação que possui, ou seja, se o próprio casal se vê a si mesmo numa relação séria e a nomeia dessa forma, pode ser diferente do estatuto social atribuído ao próprio casal, isto é, se os outros percecionem os indivíduos como um casal comprometido, o que pode contribuir para a confusão do termo (DePaulo & Morris, 2005). De facto, a sociedade tem um papel fundamental na categorização dos grupos, e atribui-lhes definições variadas. A conceptualização do termo

---

<sup>1</sup> Na nossa sociedade, o casamento ainda é considerado a norma. Neste sentido, o estado civil de uma pessoa solteira é percecionado como temporário, como uma fase ou período transitório da vida do sujeito solteiro, e que se assume que culminará no matrimónio (heterossexual) (Hancock, 2017).

pessoa solteira poderá, então, ser discordante de sociedade para sociedade e até antagônica à realidade relacional e vivencial dos sujeitos (DePaulo & Morris, 2005). Por exemplo, existem sociedades que categorizam a pessoa solteira pela ausência de um parceiro sexual (Clark & Graham, 2005), e outras onde a existência do mesmo não retira os indivíduos dessa categoria porque a relação não é percebida como séria (DePaulo & Morris, 2005). Desta forma, os indivíduos que não são casados podem namorar, estar noivos, a coabitar, podem ser viúvos, divorciados, separados de fato com ou sem relacionamentos românticos (Koropecj-Cox, 2005; Byrne, 2000; Ibrahim & Hassan, 2009) ou unidos em outro tipo de uniões relacionais.

A heterogeneidade do grupo é tão rica que, por vezes, os autores criam termos para distinguir os subgrupos de pessoas solteiras dentro do mesmo grupo. Lamanna e Riedmann (1994), por exemplo, criaram o termo “*never-married singles*” para descrever os indivíduos que nunca casaram e que também não têm parcerias íntimas. Tomásek (2006 cit in Halás & Formanová, 2010) alerta igualmente, para a existência de subgrupos integrados nas relações não normativas. São exemplos destas, os denominados “*weekend marriages*”, constituídos por casais que não coabitam, relacionamentos à distância, relacionamentos longos e comprometidos com indivíduos legalmente casados, relacionamentos esporádicos e curtos e por último, relacionamentos não monogâmicos, caracterizados por uma maior independência social e sexual entre o casal.

Em suma, a definição de pessoa solteira é imprecisa e relativista (Halás & Formanová, 2010), com a literatura a negligenciar as experiências particulares complexas e variadas do grupo de pessoas solteiras e dos seus subgrupos (viúvos, divorciados, os que nunca casaram) (Clark & Graham, 2005) considerando-o um grupo monolítico (DePaulo & Morris, 2005).

## **2. Razões de se ser uma pessoa solteira**

A literatura sustenta a conclusão que ser uma pessoa solteira é resultado de uma dinâmica complexa associada a fatores estruturais, culturais e biológicos que interagem entre si no decurso da vida dos indivíduos. Ou seja, os sujeitos permanecem solteiros por uma variedade complexa e heterogênea de razões; não correspondendo uma decisão linear (Situmorang, 2007).

Frazier e companheiros (1996), baseados no seu estudo com 217 participantes heterossexuais divorciados ou que nunca casaram (31 – 68 anos), identificam as seguintes

razões que justificam o estatuto relacional desses indivíduos: a) *não encontraram a pessoa “certa”*; b) *dificuldade em encontrar potenciais parceiros*; c) *o casamento não é uma prioridade*; d) *a importância de outras coisas na vida*; e) *escolha pessoal*; f) *dificuldades em estabelecer relações românticas*; g) *medo que a relação falhe*; h) *medo do compromisso*; e i) *crença que os “bons” parceiros estão indisponíveis*.

Razões que parecem ser transversais a diferentes contextos socioculturais. Num estudo realizado na Índia, com uma amostra de 160 mulheres (30 – 60 anos), Prabhakar (2011 cit in Adamczyk, 2016), destacam duas grandes razões mencionadas pelas mulheres solteiras: (a) *uma decisão voluntária e pessoal* – associada a altas expectativas matrimoniais, a um forte desejo de independência, ao foco numa carreira profissional, a desilusões amorosas ou a rejeições familiares na escolha de eventuais parceiros; (b) *fatores circunstanciais* – como dificuldades financeiras, perda de entes familiares, incapacidade/dificuldade em encontrar um parceiro adequado ou problemas de saúde. Desta forma, algumas pessoas escolhem manterem-se solteiros, outros são-no por circunstâncias externas a si mesmos (Frazier et al. 1996). Há ainda uma terceira categoria que a literatura parece apontar como uma razão para o estado civil solteiro: a percepção de défices pessoais que leva à auto-culpabilização dos sujeitos, por exemplo, na percepção de não ser atraente/desejado pelo outro ou à inibição do indivíduo em situações sociais (e.g. ser-se tímido e introvertido) (Adamczyk, 2016; Frazier et al. 1996).

Na mesma linha, num estudo realizado em Israel, Winterstein e Rimon (2014) identificaram, por sua vez, através dos discursos de 16 participantes, homens e mulheres (60 - 87 anos) três justificações principais para permanecerem solteiras/os: (a) *escolha pessoal*; (b) *eventos e circunstâncias de vida* e (c) *caraterísticas pessoais*. Relativamente às *escolhas pessoais*, por exemplo, era evidente uma consciência e autonomia na decisão de permanecerem pessoas solteiras assumindo a responsabilidade dessa resolução associando-a, por sua vez, à importância de ser independente. Já em relação aos participantes que alegaram *eventos e circunstâncias de vida* como base para os seus estatutos de pessoa solteira, a conformidade com normas tradicionais de sociedade, que assume que os filhos serão os principais cuidadores dos seus pais na velhice, foram as razões apontadas. Foram ainda, igualmente, mencionados nesta categoria, motivos que se prendem com a perda de um relacionamento significativo e com a incapacidade que daí terá resultado de no futuro se vincularem romanticamente a uma outra pessoa. Por último, na justificação que remete para *caraterísticas pessoais*, os participantes alegaram valores de independência e liberdade relacionados com a incapacidade de adaptação e conjugação

com os hábitos e estilos de vida de outra pessoa. As autoras concluem que os/as participantes reportam benefícios relacionados por nunca terem casado e por nunca terem sido mães/pais ligados com responsabilidades futuras de se tornarem cuidadores na velhice dos seus respetivos parceiros ainda que, esses sentimentos sejam acompanhados por percepções de perda ligados à própria experiência conjugal e de maternidade/paternidade.

Esta complexidade oposta de sentimentos e percepções pode coexistir ainda que os estudos de Slonim e Schuetz (2015) evidenciem que pessoas solteiras que tomam uma decisão consciente de permanecer nesse estatuto, os denominados “solteiros por opção”, apresentam níveis de satisfação e bem-estar superiores aqueles que desejam uma relação romântica, os conhecidos “solteiros por circunstância”. Também os estudos de Reynolds & Wetherell (2003) corroboram estes resultados apontando que os indivíduos que não percecionam o seu próprio estatuto de solteira/o como uma escolha pessoal experienciam uma “falha identitária” quando comparados com aqueles que escolhem permanecer solteiras/os, uma vez que, esse estatuto advém de uma “solteirice involuntária” (Stein, 1981 cit in Halás & Formanová, 2010). De fato, a percepção que o indivíduo detém acerca do quanto controla a sua vida e toma as suas próprias decisões assim como o contexto que está inserido tem um direto impacto em sentimentos que poderá experienciar. Assim, um maior controlo de decisão e gestão sobre o ambiente está associado a sentimentos positivos (e.g. satisfação; realização; bem-estar psicológico e físico) nos vários domínios em que o sujeito interage, incluindo nas suas relações (Hostetler, 2009).

Byrne (2000) num estudo realizado na sociedade irlandesa, enumerou as seguintes razões apontadas pelas/os participantes quando questionados acerca da sua “solteirice”:

- (a) *ser emocionalmente independente*. Nesta categoria, as/os participantes do estudo defendem que a independência, a liberdade emocional e a individualidade assim como outros tipos de liberdade como a económica ou a política são fatores decisivos ligados à escolha de ser solteiros/as em oposição ao casamento que equiparam a dependência e a submissão a um outro significativo, ou seja, como um compromisso que “amarra”, “limita” e “constrange” as suas vidas. O tempo e o investimento emocional que manter uma relação implica também são mencionados;
- (b) *encontrar o parceiro “certo”*. Aqui as participantes mencionam que encontrar o parceiro “certo”, com as características de personalidade idealizadas capazes

de as impulsionar e desejar reconfigurar as suas vidas e ter um relacionamento comprometido não é fácil de encontrar;

- (c) *relações românticas falhadas*. Nesta categoria as mulheres mencionam relações com parceiros com quem poderiam ter casado, mas que por razões variadas (e.g. a família desaprovava, incompatibilidade de personalidades, dependências químicas ou comportamento violento, etc.), a relação desmoronou relatando dúvidas em envolvimento futuros devido a sequelas emocionais dessas relações. Simultaneamente, algumas mulheres também mencionam que a realização de que não casar, naquele momento, era a decisão mais correta nas suas vidas;
- (d) *incapacidade em formar relações românticas duradouras*. Nesta categoria encontram-se relatos associados a sentimentos de culpa pelo fato de serem solteiras. Participantes mencionam que devido às suas personalidades, preferências ou práticas de socialização, estar numa relação amorosa é complicado, ou seja, atribuem o fato de serem solteiros a uma “falha interna” pessoal cuja consequência revela-se na incapacidade de sustentar uma relação longa (e.g. dúvidas sistemáticas na relação, imaturidade emocional, etc.);
- (e) *experiências familiares traumáticas*. Neste grupo, mulheres relatam as suas experiências em idades precoces com situações familiares traumáticas (e.g. pais/mães dependentes de substâncias químicas, casamentos de familiares problemáticos e violentos, dependência emocional e financeira entre parceiros, etc.) e o fato de desejarem um caminho alternativo para as suas vidas;
- (f) *“Algo que apenas aconteceu”*. Nesta categoria, os participantes apontam que foi o acaso o responsável pelo pelos seus estados de solteirice e não uma escolha deliberada;
- (g) *cuidar dos outros*. Nesta categoria, ser solteiro foi resultado de indisponibilidade para estar numa relação devido a responsabilidades assumidas para com outros, (e.g. cuidar dos pais nas suas velhices ou de parentes significativos). Desta forma, pode-se constatar que ser solteiro poderá advir de um conjunto dissemelhante de razões, “solteiro por necessidade”, “solteiro como circunstância”, “solteiro como preferência”, “solteiro

temporariamente”, “solteiro permanentemente”, “solteiro como resultado de barreiras sociais” ou “solteiro por preferências pessoais” (Byrne, 2000; 2008).

Peter J. Stein (1981 cit in Halás & Formanová, 2010) ao refletir sobre estas possíveis motivações propôs uma tipologia de 4 categorias distintas em que o indivíduo poderá estar integrado, ainda que, a posição que a pessoa solteira ocupa dentro de cada categoria seja dinâmica com a possibilidade de, ao longo do percurso da sua vida, transitar entre elas. As valências definidas, pelo autor, possuem um elemento de escolha (voluntárias e involuntárias) e de permanência (temporárias ou estáveis). Desta forma, as pessoas podem ser:

- (1) *voluntariamente e temporariamente solteiras*, incluem-se, nesta categoria, pessoas que nunca casaram, mas que possuem o desejo de casar e procuram ativamente um parceiro. Estes indivíduos priorizam a carreira profissional, a educação, a política ou o desenvolvimento pessoal em detrimento do casamento. Encontram-se neste grupo, por exemplo, casais que vivem juntos e esperam um dia casar;
- (2) *voluntariamente e permanentemente solteiras*, pessoas que nunca casaram, viúvos ou divorciados que decidiram não casar de novo, indivíduos que vivem em união de fato, ainda que não tenham desejo de casar. Neste grupo estão, igualmente, incluídos indivíduos cujas opções de vida excluem o casamento, como por exemplo, indivíduos que priorizam a religião como um padre ou uma freira,
- (3) *involuntariamente e temporariamente solteiras*, pessoas que nunca casaram e querem casar ou casar de novo e estão ativamente à procura de um parceiro/a. Nesta categoria, incluem-se os/as divorciados/as, os viúvos/as e os pais/mães solteiros (as)
- (4) *involuntariamente e permanentemente solteiras*, pessoas que nunca casaram e que esperavam casar, mas que por circunstâncias de vida, físicas, psicológicas ou sociais, não o fizeram. Incluem-se aqui, por exemplo, os indivíduos divorciados idosos ou indivíduos com deficiências psicológicas ou físicas.

O contexto social parece ter um papel importante na decisão de permanecer solteiro/a (McDill et al., 2006). Vários estudos indicam que o aumento do número de solteiros legalmente, indivíduos que adiam o casamento ou que nunca casam está relacionado com um conjunto de mudanças sociais que possibilitaram, por exemplo, o aumento no nível de educação, melhores oportunidades profissionais e económicas, particularmente para as mulheres, maior aceitação social de opções como coabitação com o/a parceiro/a, a aceitação e uma maior disponibilidade e acessibilidade dos métodos contraceptivos (que contribuem para a prevenção de uma gravidez indesejada), uma mudança nas normas sexuais e de papéis de género e ainda por uma mudança de paradigma nas sociedades ocidentais focada numa cultura mais individualista que enfatiza a autonomia e independência das tradições normativas (Ahuvia & Adelman 1992; Frazier et al. 1996; Hamilton et al. 2006 cit in Tweed, 2008; Lamanna & Riedmann, 2006 cit in Amado, 2016; Poortman & Liefbroer 2010).

Assim, devido a mudanças e reconfigurações no conceito normativo de família, o abandono dos valores coletivos em detrimento da autonomia e independência, e o surgimento de *networks* sociais que substituem as relações de parceria íntimas, são fatores que parecem contribuir para esse estatuto (McDill et al., 2006).

### **3. *Aspetos positivos e negativos em ser uma pessoa solteira***

Vários estudos postulam os diversos aspetos positivos e negativos percebidos pelas pessoas solteiras. McErlean (2012) num estudo realizado com 12 pessoas solteiras e que nunca casaram (65 – 87) identificou os seguintes aspetos positivos associados ao estado civil do solteiro:

- (a) *Independência*. Nesta categoria os participantes relatam que a liberdade é muito importante na gestão das suas vidas associando essa liberdade a uma maior autonomia, confiança e assertividade pessoais; aspeto suportado igualmente pelos estudos de Almeida (2015), Gonçalves (2007) e Baumbusch (2004) que defendem que a motivação da pessoa para ser solteira pode ter por base a sua independência, liberdade, auto preservação, autonomia e individualização;
- (b) *liberdade de decisão*. Concretamente, liberdade para moldarem as suas vidas, por exemplo, modificando rotinas sem ceder a pressões e sem dar satisfações (Almeida, 2015) relacionado com a importância de as pessoas solteiras serem

agentes das suas próprias escolhas, sem considerações para com pensamentos ou sentimentos de outros significativos que possam condicionar ou limitar os seus desejos e vontades (e.g. liberdade de estabelecerem relações de amizade sem restrições). Esta conclusão é igualmente suportada pelos estudos de Reynolds & Wetherell (2003) que encontraram que, especialmente para as mulheres, era importante tomar decisões autonomamente;

- (c) *tempo e oportunidades*. Uma vez que a ausência de uma relação romântica estável e comprometida permite alcançar outros objetivos (e.g. profissionais, educacionais ou de lazer).

Por outro lado, referindo-se aos aspetos negativos, os participantes apontam:

- (a) *ausência de companheirismo*. Neste aspeto encontra-se presente a noção que possuir um vínculo emocional relacional amoroso é uma “experiência significativa” que as pessoas solteiras perdem (DePaulo & Morris, 2005), única em relação a qualquer outra relação afetiva cuja consistência é reconfortante pela partilha de aspetos mundanos e, por vezes, difíceis, da vida, sendo um parceiro um suporte emocional e uma fonte de amor presente ao longo das várias fases transitórias do percurso desenvolvimental do sujeito cuja ausência é associada à solidão (Baumbusch, 2004);
- (b) *aspetos económicos/monetários*. Partilhar a vida com alguém é mais vantajoso economicamente pela repartição das responsabilidades. Certas decisões de vida poderão ser condicionadas em função da estabilidade monetária e na capacidade de subsistir e prosperar sem apoios e, nesse caso, ter um parceiro pode constituir um alívio desse fardo. Este aspeto é particularmente relevante em indivíduos que desejam a experiência da maternidade ou paternidade e que dependem financeiramente da ajuda de um/a parceiro/a para realizar esse projeto;
- (c) *considerações práticas*. Este aspeto é especialmente importante em pessoas solteiras idosas cujo declínio natural na saúde beneficiaria de um apoio de um/a companheiro/a em questões práticas como, por exemplo, no transporte para os hospitais ou na recuperação de cirurgias assim como na ajuda em tarefas domésticas;

- (d) *crianças*. Vários participantes evidenciam que gostariam de ter sido mães/pais ou avós/avôs ainda que, ser uma pessoa solteira não tenha sido a única restrição apontada para esse fato de vida. Restrições monetárias ou abdicar da liberdade são igualmente apontadas como determinantes nessa decisão. Exclusão social e vulnerabilidade são também aspectos mencionados (Reynolds & Wetherell, 2003).

Benokraitis (2002, cit Halás & Formanová, 2010) inspirado na tipologia de Stein (1981 cit in Halás & Formanová, 2010) que nos seus estudos conceptualizou as vantagens e desvantagens de ser solteiro como fatores “*pull*” e “*push*”, ou seja, fatores que “puxam” os sujeitos para uma relação romântica exclusiva (e.g. aspectos positivos e atrativos) e, fatores que “afastam” os indivíduos de relações amorosas estáveis (e.g. aspectos negativos e desencorajadores da vida solteira), aponta que os benefícios de ser solteiro suportam os estudos anteriores: maior liberdade, independência e privacidade, experiências sexuais diversificadas, um estilo de vida excitante e em constante mudança, uma maior possibilidade de estabelecer uma conexão com diferentes indivíduos com os mesmos interesses, uma maior independência económica, oportunidades profissionais e, por último, ausência de responsabilidades com parceiros e com filhos associado por sua vez, a uma necessidade forte de independência. Já, o casamento parece ter os seus fatores atrativos como a possibilidade de constituir família própria e ter filhos, segurança emocional e ajuda económica, legitimidade social nas experiências sexuais pela parceira institucionalizada e estável, prestígio social e de estatuto associada ao casamento entre outros fatores decisivos (Stein, 1981 cit in Halás & Formanová, 2010). Cole (1999) argumenta que ter um relacionamento estável traz segurança e estabilidade psicológica cuja ausência pode ser stressante e disruptiva na vida dos sujeitos. Já alguns dos possíveis fatores negativos que influenciam os indivíduos a casarem estão relacionados com: pressões da família e de amigos, um desejo de independência parental, solidão e isolamento, eventual discriminação cultural e social por serem solteiros e receio da independência (Stein, 1981 cit in Halás & Formanová, 2010). O medo de ficar solteiro/solteira também poderá levar a que os sujeitos permanecem em relacionamentos que não desejam, conformando-se com eles, o que por sua vez, tem um direto impacto na autoestima e no bem-estar dos sujeitos (e.g. sentem-se menos atraentes, menos confiantes

e são menos exigentes quanto aos relacionamentos que possuem ou que procuram) (Spielmann et al., 2013).

O peso e a influência que estes fatores têm sobre os sujeitos para os seus estados de casado ou de solteiro dependerá de tantos outros fatores individuais tais como o género, a raça, a idade, a educação, a situação financeira, a orientação sexual e a existência de relações de suporte tais como a família e os amigos. Contudo, e dependendo da qualidade da relação, as pessoas solteiras poderão retirar vantagens e satisfação relacional da união que possuem (ou da falta dela) independentemente da formalização legal ou social da mesma (caso ela exista).

#### ***4. Ideologia do Casamento e da Família***

A importância social e emocional de uma relação amorosa na vida de cada indivíduo é considerada como essencial para a sua plenitude. Por contraponto, permanecer solteiro é percecionado como uma fase, um estado transitório entre relações, ou seja, um período de vivência do sujeito e não uma forma contínua de viver (Kupper, 2002, cit in Hertel et al., 2007). Como evidencia DePaulo e Morris (2005), a parceria romântica é considerada a “única, verdadeira e importante relação entre pares”. Desta forma, a sociedade assume que todas as pessoas têm o desejo de casar e que vão, eventualmente, casar.

A ideia pró-casamento é organizada em torno de um conjunto de pressupostos estereotipados acerca daqueles que não seguem a norma. Assim, o grupo de pessoas solteiras é, por consequente, percecionado como mais solitário, mais infeliz, menos importante, e tem menos valor social (DePaulo & Morris, 2005). Desta forma, o grupo de pessoas solteiras é duramente criticado e negativamente percecionado pelos seus pares. Na literatura, os/as solteiros/as parecem ser invisíveis, exceto quando utilizados para demonstrar os benefícios de uma relação amorosa estável (Van der Watt, 2000). A distinção entre pessoas solteiras e pessoas não solteiras, corroborada pelos investigadores sociais nos diversos estudos realizados, define intrinsecamente cada um dos grupos, ignorando possíveis semelhanças entre eles (Byrne & Carr, 2005), reforçando a homogeneidade das relações amorosas, assumidas à partida como relações heterossexuais, e para o prevalectimento do estatuto de indesejabilidade que o solteiro parece suscitar na sociedade (Van der Watt, 2015).

Segundo, Reis e companheiros (2004 cit in Van der Watt, 2015) a aversão generalizada da sociedade ao grupo de pessoas solteiras advém de uma pretensa

superioridade que as relações românticas parecem ter sobre todas as outras formas de vivência relacional. Ou seja, são as relações românticas as que geralmente se encontram colocadas no topo da hierarquia social sendo a busca por uma relação amorosa comprometida estável sexual tida como uma das bases primordiais do desenvolvimento natural cujo questionamento é inútil. Assim, o estatuto de pessoa solteira não é equacionado como um estado que o indivíduo possa efetivamente desejar podendo até ser acompanhado de benefícios, porque a noção de que as relações românticas são as mais importantes é firmada socialmente de forma inquestionável (Tadesse, 2018).

DePaulo e Morris (2005) descrevem esse sentimento como “*Ideologia do Casamento e Família*”, isto é, o conjunto de crenças que consideram que:

(a) as relações amorosas heterossexuais de longa duração especificamente aquelas que resultam em casamento e na formação de uma família são de máxima importância considerando que é essa a aspiração de cada indivíduo. Assim, e ainda que, os caminhos vivenciais de parceria romântica dos sujeitos sejam variados, não incluindo necessariamente uma ligação institucionalmente formalizada, numa crescente pluralidade de estilos de vida, acompanhada de uma mudança de valores (Schafer, 1998 cit in Hertel et al., 2007), o casamento e a família ainda integram a cultura normativa da maior parte das sociedades (Nave-Hertz, 1997 cit in Hertel et el, 2007). O casamento é considerado como a etapa mais importante e aquela que inicia o sujeito na vida adulta conferindo-lhe um estatuto de respeitabilidade na sociedade (Coontz, 2004 cit in Slonim et al., 2015) uma opção assumida como preferível em relação a todas as outras escolhas relacionais (Byrne, 2000). O casamento também é reportado nos media como o caminho que se deve aspirar, modelando formas de relacionamento românticas e sexuais na sociedade (Waite & Gallagher, 2003), contribuindo para colocar as relações heterossexuais no topo da hierarquia social (Clark & Graham, 2005) sendo desejado pelos sujeitos que anseiam partilhar o tipo de amor e companhia que se assume que só um casamento pode fornecer (Cherlin. 2004 cit in Hancock, 2017);

(b) presume que todos os indivíduos devem e têm de engajar em relacionamentos heterossexuais, românticos e de parceira sexual (Budgeon, 2008) considerando que a necessidade de pertença e de estabelecer relacionamentos interpessoais consistentes é uma das mais importantes e fundamentais motivações

humanas (Baumeister & Leary, 1995 cit in Van der Watt, 2015) da qual o grupo de solteiros não é exceção e à qual a instituição do casamento responde;

(c) os indivíduos que estão numa relação comprometida são mais importantes, mais felizes, mais realizados, mais maduros, menos solitários e têm mais valor do que os solteiros. De fato, apesar de forte crítica acadêmica, que contesta a ideia de que os solteiros são, devido ao seu estatuto, mais infelizes, insatisfeitos, e que possuem menor bem-estar e saúde mental do que o grupo de casados (DePaulo, 2006, 2014), a crença de que existem maiores benefícios para aqueles que defendem a instituição do casamento é uma das ideias base da ideologia do compromisso (Day, 2013).

Byrne e Carr (2005) defendem que a ideologia do casamento persiste devido a essencialmente 3 fatores:

1. O casamento é uma instituição de privilégios e para privilegiados e para quem dele faz parte as recompensas “económicas, culturais e simbólicas” são profusas (Bourdieu, 1996 cit in Byrne & Carr, 2005). Ou seja, existem inúmeros benefícios (e.g. legais, financeiros e sociais) que são atribuídos a pessoas casadas meramente pelo fato de terem oficializado a sua ligação ao nível institucional (Wise & Stanley, 2004 cit in Bryne & Carr, 2005) sendo que o casamento parece ser uma opção possível e mais acessível para aqueles que têm poder económico (Haskins & Shawhill, 2007) e para aqueles que não encontram obstáculos institucionais e familiares para tal (e.g. em muitos países do mundo o acesso ao casamento a casais do mesmo sexo ainda é uma impossibilidade) (Bryne & Carr, 2005).

2. O casamento ainda é percecionado como a relação humana mais desejada e importante, um ritual de passagem para a vida adulta (Tadesse, 2018). A pessoa solteira é percecionada como “vitima” do seu estado civil não se considerando que possa ser um estado efetivamente desejado. Assim, o grupo de pessoas solteiras é percecionado como aquele que “perde algo importante” (DePaulo & Morris, 2005), sendo constantemente pressionado por família, amigos e os media para casar (Piatkowski, 2012 cit in Hancock, 2017).

3. O casamento continua a ser a parceria romântica mais idealizada da sociedade (Hancock, 2017) e percebida como a união perfeita. De tal modo que, não existe um verdadeiro questionamento à instituição matrimonial e aos seus problemas (e.g. divórcios, abusos, violência), isto é, se a instituição falha a culpa tenderá a ser percebida como sendo do indivíduo e dos seus problemas pessoais.

Byrne e Carr (2005) argumentam ainda que a ideologia pró-casamento será reconceptualizada quando existir: 1) o questionamento crítico sobre a posição social privilegiada da instituição do casamento e da unidade; 2) quando esse escrutínio for um assunto público (Mills, 1959 cit in Byrne & Carr, 2005), uma vez que as mulheres são desencorajadas de dialogar sobre o seu estado civil de pessoas solteiras (Byrne, 2008), não exploraram, publicamente nem em privado, as narrativas que dão sentido às suas identidades continuando a persistir a invisibilidade sobre este fenómeno assim como as pressões e os dilemas que ser solteira e ser mulher implica; 3) quando existir legitimação e investigação de outras construções sociais de família assim como exploração a outros relacionamentos significativos de pessoas solteiras, uma vez que, as relações formadas para além da família tradicional são frequentemente insondadas, diminuídas ou invisíveis (Byrne, 2008) ainda que, igualmente, válidas e importantes para os indivíduos.

### **5. *Singlism – a solteirice***

DePaulo e Morris (2005) cunharam o termo “*singlism*” para caracterizar os estereótipos, os preconceitos e a discriminação que as pessoas solteiras são alvo pelo fato de serem solteiras, defendendo que na origem desse fenómeno se encontram as crenças inquestionáveis e irreconhecíveis da ideologia do casamento e da família.

Segundo Hellman (2008), o *singlism* é um problema social porque coloca as pessoas solteiras numa posição desvantajosa e desvalorizadora devido ao estado civil que possuem, ou seja, as pessoas adultas solteiras são discriminadas quando as vantagens ou recompensas são alocados para os sujeitos meramente pela pertença ou ausência destes nas categorias relacionais.

Tal como vimos anteriormente, apesar das sociedades modernas serem cada vez mais individualistas e as escolhas de vida serem plurais, o casamento ainda é considerado a norma social (Cargan, 1987 cit in Tweed, 2008) oferecendo uma “visão do mundo

simples e satisfatória” (DePaulo & Morris, 2005). De tal modo que, a sociedade parece inconsciente que as pessoas solteiras são um grupo estigmatizado (DePaulo & Morris, 2006) sendo que a crença que as relações românticas são as mais importantes da vida de um adulto (DePaulo & Morris, 2005) parecem estar na base da aceitabilidade dos estereótipos e da discriminação das pessoas solteiras (Morris et al., 2007). De fato, a literatura parece consistente na conclusão que casar tem benefícios variados nomeadamente na saúde mental e física, na felicidade dos sujeitos, na segurança económica, e na concretização de projetos de família e parentalidade (Waite & Lehrer, 2003). Contudo, esses benefícios não parecem ser exclusivos ao matrimónio uma vez que, se encontram presentes em outras relações próximas como nas relações de coabitação, relações românticas comprometidas ou nas relações de amizade (Hancock, 2017). Ainda assim, relações íntimas românticas, heterossexuais, continuam a ter um estatuto privilegiado e recompensador em relação a outro tipo de relações (Severinson, 2010). Assim, devido à importância que a instituição do casamento parece ter na sociedade, considerado como um objetivo de vida (Cherlin, 2004 cit in Hancock, 2017) que os sujeitos têm e devem alcançar o grupo de pessoas solteiras é, frequentemente, alvo de discriminação.

Segundo Hellman (2008), a discriminação pode ser definida como o tratamento diferenciado e desfavorável para com os membros de um determinado grupo (e.g. pessoas solteiras) em relação a outro grupo (e.g. pessoas casadas). Esse tratamento, que advém de uma categorização diferenciada, pode ocorrer ao nível individual e institucional (Krieger, 2014).

São vários os estudos que evidenciam que as pessoas solteiras são alvo de discriminação pelo fato de serem solteiras. No contexto americano, DePaulo e Morris (2005), encontraram relatos e evidências de discriminação nos serviços de saúde (e.g. nos procedimentos para a adoção ou nos tratamentos de fertilidade), na lei (e.g. benefícios sociais e fiscais atribuídos a sujeitos casados), no setor imobiliário (e.g. na venda ou arrendamento de casas), no local de trabalho (e.g. promoções dadas a trabalhadores casados), nas agências de viagem e seguros (e.g. descontos para casais e famílias) ou ainda pela expectativa que as pessoas solteiras estarão mais disponíveis para permanecer no local de trabalho para além do estipulado (Jordan & Zitek, 2012).

Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos Tweed (2008) com participantes a relatarem experiências discriminatórias no trabalho, uma vez que lhes era requerido que trabalhassem mais horas em contraste com trabalhadoras/es casadas/os. De

fato, os tempos livres parecem ser ativamente desvalorizados e deslegitimados com as/os empregadoras/es e colegas casados a assumirem que só o tempo disponibilizado para a família e para os filhos é o mais importante. Amado (2016) corrobora esses mesmos resultados na cidade de Lisboa, com as entrevistadas a confirmar situações discriminatórias, por parte dos seus colegas de trabalho, que consideravam normal e aceitável que pessoas solteiras cobrissem emergências profissionais porque não tinham filhos/as. Este comportamento é revelador da crença de que a pessoa solteira não tem vida social ou que a tê-la pode facilmente dispensá-la porque não é tão importante como o tempo passado em família.

O comportamento discriminatório por parte da sociedade parece ser um sintoma de um conjunto de estereótipos (características e comportamentos negativos) atribuídos ao grupo de pessoas solteiras (Hancock, 2017) que os estudos parecem corroborar.

A literatura suporta a conclusão de que existe uma diferenciação clara nas perceções que a sociedade detém acerca dos indivíduos solteiros quando comparados a indivíduos não solteiros. Greitemeyer (2009), por exemplo, num estudo com 131 participantes comparando as perceções sociais e perceções pessoais que os indivíduos possuem acerca do estatuto relacional “solteiro” e “comprometido” chegou à conclusão de que os indivíduos comprometidos eram percecionados como mais extrovertidos, mais conscientes, mais agradáveis, fisicamente atraentes, satisfeitos com as suas vidas, com uma maior autoestima e menos neuróticos. Concluiu, ainda que as pessoas solteiras eram vistas como mais solitárias, menos satisfeitas com o seu estatuto e com um maior desejo de o modificar – o que parece ser sustentado nas respostas de participantes solteiras no mesmo estudo, ao revelarem níveis mais elevados de insatisfação em relação ao estado civil solteiro, e com um desejo de o modificar. Os sujeitos solteiros revelaram ainda, sentir uma maior solidão quando comparados a pessoas não solteiras. Contudo, aspetos positivos também são atribuídos ao grupo de pessoas solteiras. Estes são positivamente posicionados na abertura a novas experiências quando comparados a sujeitos casados; conclusão corroborada por Hertel e seus colaboradores (2007) que indica que as/os jovens solteiras/os são percecionadas/os como sendo mais sofisticados e sociáveis do que pessoas casadas.

Estas conclusões parecem ser ainda consistentes com os estudos de Eraugh e Malstrom (1981; 1991 cit. in Hertel et al., 2007) que concluem que para além das pessoas solteiras serem percecionados de forma mais negativa em comparação a pessoas casadas, essa perceção negativa mantém-se desfavorável mesmo na comparação realizada entre a

heterogeneidade de grupos de pessoas solteiras (viúvas/os e divorciadas/os). Ou seja, sujeitos que nunca casaram são avaliados de forma mais dura e negativa (e.g. dependentes, menos confiáveis, menos sociáveis e menos felizes) do que qualquer outro grupo. Da premissa que ser pessoa solteira deriva de um fator fora do controle do sujeito associa-se a percepção de uma menor culpa e responsabilidade do sujeito por esse estado civil, o que por sua vez, leva a percepções menos negativas sobre ele (Eraugh & Malstrom, 1981; 1991 cit. in Hertel et al., 2007). DePaulo e Morris (2005) e suportam esses resultados concluindo que os solteiros são percebidos como solitários, tímidos, infelizes, inseguros e inflexíveis ainda que traços positivos lhes sejam imputados (e.g. mais divertidos, independentes, sociáveis e amigáveis). No mesmo estudo, os parceiros casados são mais felizes, amorosos, seguros/estáveis, carinhosos/cuidadosos assim como mais fiéis, comprometidos bondosos (DePaulo & Morris, 2005).

Num outro estudo, Slonim e colaboradores (2015) chegam à conclusão de que, as pessoas solteiras são percebidas como menos calorosas e sociáveis do que aqueles que estão numa relação. De forma inversa, as que têm um/a parceiro/a são considerados/as menos solitários/as e miseráveis. Estes estudos revelam que os estereótipos sobre o grupo de pessoas solteiras continuam a persistir na sociedade. A este grupo são atribuídas características como a imaturidade, a insegurança, a infelicidade sendo que as pessoas solteiras são consideradas como menos atraentes e mais autocentradas do que os indivíduos casados (Larson, 2014 cit in Hancock, 2017). Por outro lado, são percebidas como se estivessem a perder algo de fundamental (e.g. casamento) e presume-se que têm vidas pouco estimulantes (DePaulo & Morris, 2005). São igualmente vistas como tendo maior probabilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis, ou seja, são consideradas mais promíscuas e irresponsáveis (Conley & Collins, 2002).

Da mesma forma, Schutz e colaboradores (2007) postula que a imagem mental da sociedade sobre as pessoas solteiras é complexa e, geralmente, envolta em percepções negativas (e.g. mais miseráveis, solitárias e menos carinhosas e cuidadosas). Essa percepção não se altera quando analisadas variáveis como o sexo, a idade ou o estatuto de relacionamento dos próprios participantes, ou seja, as pessoas solteiras, quando comparadas pessoas casadas, são sempre percebidas de forma mais desfavorável e negativa. Contudo, dentro da heterogeneidade do grupo de solteiros, a percepção sobre eles é variável existindo um conjunto de fatores que influenciam a forma como as pessoas solteiras são percebidas socialmente (Koropeckvy-Cox, 2005).

O género, por exemplo, parece ser o fator diferenciador significativo. A literatura parece consistente na conclusão de que a percepção e aceitação do estado civil das pessoas solteiras na sociedade é influenciada pela construção social do que significa ser mulher ou homem solteira/o. Quando comparadas ao sexo masculino, as mulheres solteiras parecem sofrer maior pressão para se conformarem à ideologia do casamento e da família (De Paulo & Morris, 2005; Sharp & Ganong, 2011). De facto, as mulheres parecem ter a percepção que a sociedade tem um olhar mais crítico sobre elas e sobre o seu estado civil do que sobre homens (Amado, 2016). Noções tradicionais de feminilidade associadas à ideia que a mulher precisa de ser protegida e cuidada por um homem (Reynolds & Wetherel, 2003), assim como nas noções socialmente construídas que a maternidade e o casamento são etapas normativas na vida de uma mulher e desejadas por ela contribuem para uma percepção mais dura sobre a mulher solteira.

Rich (1980 cit in Sharp & Ganong, 2011) argumenta que a “heterossexualidade compulsória” cuja base definidora é que as relações românticas normativas são as mais desejadas e as mais importantes, noções derivadas de uma sociedade patriarcal, influenciam essas mesmas percepções. Ou seja, percepções de género associadas à noção de performance feminina bem-sucedida (e.g. uma mulher deve casar e ser mãe) têm influência naquilo que é uma pressão e um estigma maior para com as mulheres e que as influencia no caminho da heteronormatividade (Milestone & Meyer, 2012 cit in Van der Watt, 2015)

A idade é igualmente um fator importante quando relacionado ao estigma do individuo solteiro, sendo que é visível que esse estigma é maior ou menor mediante a faixa etária apresentada. Por exemplo mulheres solteiras mais novas parecem ser menos estigmatizadas pela sociedade quando comparadas a mulheres solteiras mais velhas e tal fato parece estar relacionado com a percepção que a solteirice de jovens é provisória e que irá, eventualmente, ser resolvida (Gonçalves, 2007)

A literatura refere-se ao termo *Doomsday* (Dia do Julgamento ou Apocalipse) (Peterson, 1981 cit in Tweed, 2008) colocando os 30 anos de idade como um marco na vida das mulheres solteiras, um ponto de viragem nas suas vidas que parece estar associado a diversas interrogações acerca do estatuto de solteira (Burnley, 1979 cit in Tweed, 2008). É nesta faixa etária que as mulheres parecem ter uma maior dificuldade com o estatuto de solteiras (Sharp & Ganong, 2007; Byrne, 2003; Cole, 1999). Burnley (1979 cit. in Tweed, 2008) sugere que é aos 30 anos que as mulheres reavaliam as suas vidas e que interiorizam as suas próprias identidades de solteira. Tal fato, parece

consistente com diversos estudos que postulam que mulheres solteiras acima dos 35 anos são menos ambíguas quanto aos seus estatutos apresentando uma maior satisfação em relação a ele do que mulheres mais jovens (e.g. entre os 20 e os 30 anos de idade) (Sharp & Ganong, 2011).

Corroborando esses mesmos resultados DePaulo e Morris (2006) e Hertel e companheiros (2007) postulam que mulheres solteiras acima dos 40 anos de idade são percebidas mais negativamente do que mulheres solteiras de 25 anos de idade. Este fato parece ser revelador de que há uma maior flexibilidade no julgamento de mulheres solteiras mais novas, pois as “desculpas” para os seus estados civis são percebidas como “válidas”, por exemplo, assume-se que as mulheres solteiras mais jovens ainda não têm carreiras profissionais sólidas e que a formação de uma família depende dessa estabilidade financeira ou que ainda estão numa fase que desejam aproveitar a vida, tudo “explicações” que a sociedade parece considerar um motivo compreensível. Mulheres com mais de 40 anos, são então, consideradas “desesperadas” (Byrne & Carr, 2005). Contudo, o nível de estigma associada à solteirice parece estar ligado ao contexto social (DePaulo & Morris, 2005; Hertel et al., 2007) uma vez que, em diversas sociedades as idades consideradas apropriadas para casar variam. Independentemente desse contexto social, a ideia de que as mulheres têm um “prazo de validade” (e.g. para casar, ou ter filhos) parece ser transversal a todas elas (Tadesse, 2018)

Assim, ser uma pessoa solteira pode ser um estado aceitável numa determinada faixa etária (e.g. mais nova) mas não como um estado permanente (Hertel et al., 2007). Um outro fator que parece ser relevante e que está relacionado com o modo como o grupo de pessoas solteiras é percebido e conseqüentemente punido socialmente, por um maior ou menor estigma, é o “motivo” apontado pela pessoa solteira para o seu estado civil. Ou seja, se o indivíduo está solteiro devido a uma decisão pessoal ou se esse estado é percebido pela sociedade como algo que o sujeito não quer e que está fora do seu controle. Suportados pela teoria de Stein (1981 cit in Halás & Formanová, 2010), de que os indivíduos são voluntariamente e involuntariamente solteiros, vários autores extrapolaram a conclusão de que há uma diferenciação clara na percepção dos sujeitos solteiros mediante essa mesma informação.

Na sequência dessa tipologia conceptualizada na divisão do estatuto solteiro como: “voluntário/involuntário”, “permanente/temporário” (Stein, 1981 cit in Halás & Formanová, 2010), Ibrahim e Saili (2015) apontam que as percepções das mulheres que são involuntariamente e temporariamente solteiras são mais negativas (e.g. mais

insatisfeitas, sentem maior pressão para ter um relacionamento amoroso, expressam sentimentos de solidão, isolamento e preocupação em serem discriminadas e estigmatizadas) quando comparadas a mulheres cuja estado de solteirice seja parte de uma escolha. Já noutro estudo realizado por Morris e Osburn (2016 cit in Adamczyk, 2016) a conclusão mantém-se e um maior estigma é evidente para com as pessoas solteiras que escolhem permanecer solteiros sendo que são considerados menos ajustados e mais egocêntricos do que pessoas solteiras que desejam casar. Contudo, Slonim e companheiros (2015) apontam que as pessoas solteiras por escolha são percebidas como mais solitárias, miseráveis, menos calorosas e sociáveis do que aquelas que não escolhem ser solteiras, ainda que sejam percebidas como mais bem-sucedidas, ou seja, quando ser solteiro/a é o resultado de uma escolha determinada pelo sujeito, a percepção que se detém acerca dele é pior do que a percepção de uma pessoa solteira que não o deseja ser, assumindo-se que a pessoa que se encontra solteira por livre-arbítrio, na realidade não quer esse estatuto e que está a “fingir” que essa decisão foi tomada por vontade própria.

Assim, tais conclusões confirmam que os estereótipos sociais podem ser diferenciados mediante a “causa” apresentada uma vez que o casamento ainda é percebido como a união mais legítima e socialmente aceitável, uma fonte de felicidade, satisfação e realização, cuja glorificação é incontestável (Coontz, 2005 cit in Slonim et al., 2015)

Outros possíveis fatores também têm uma importância nas percepções do grupo de solteiros. Mulheres com um nível de educação mais elevado, por exemplo, tem mais tendência para permanecer solteiras (Dykstra & Poortman, 2010 cit in Hancock, 2017) devido a uma maior autonomia e opções educacionais (Jones, 2004 cit in Van der Watt, 2015) ou para adiar o casamento (Situmorang, 2007), especialmente se forem jovens (Kaufman & Goldscheider, 2007 cit in Tweed, 2008). Isto poderá ser explicado através de uma possível mudança na forma como as mulheres são percebidas e de como percebem o casamento (Kaufman & Goldscheider, 2007 cit. in Tweed, 2008). Por sua vez, mulheres solteiras com um maior estatuto económico são menos estigmatizadas na medida em que têm uma imagem mais positiva que é associada ao seu poder enquanto consumidoras (Gonçalves, 2007). Da mesma forma, mulheres solteiras de classe média tem maior probabilidade em casar do que mulheres num nível socioeconómico baixo (Haskins & Shawhill, 2007).

Os *media* também têm um forte impacto na formação de atitudes e crenças para com os grupos sociais dos quais, as pessoas solteiras não são exceções. Os *media*

populares (e.g. revistas femininas, anúncios publicitários, filmes, séries de televisão, livros) geralmente retratam a mulher na busca de um relacionamento romântico, destacando que o casamento, as relações e o compromisso estável são objetivos de vida, principalmente das mulheres, e que são fundamentais para a felicidade (Magalhães, 2011; Mileston & Meyer, 2012 cit in Van der Watt, 2015). Ainda que, por vezes, os *media* influenciam a percepção que a sociedade tem acerca do grupo de pessoas solteiras de forma positiva, atribuindo-lhes características desejáveis (e.g. aventureiros, independentes, livres) também contribuem por outro lado para a imagem estereotipada desse grupo, o que tem como consequência a ambivalência sentida pela sociedade em relação a este, particularmente em relação às mulheres solteiras (Koeing et al., 2010 cit. in Hancock, 2017).

A forma diferenciada de como o grupo de pessoas solteiras é retratado nos *media* em comparação ao grupo de pessoas casadas, reforça a importância de que as relações heterossexuais são, por um lado, as mais significativas que uma pessoa adulta pode ter, e por outro, estabelece dentro do grupo de pessoas solteiras distinções de género, por exemplo pelas mensagens que a aspiração máxima de uma mulher é o casamento (pelo qual terá de lutar) e a do homem é a carreira profissional, onde o compromisso é desaconselhável ou um impedimento para a conclusão dessa aspiração. Deste modo, a visão diferenciada que a sociedade detém acerca do grupo de pessoas solteiras contribui para o reforço da ideologia do casamento e da família e para o estigma da pessoa solteira na sociedade (DePaulo & Morris, 2015).

## **6. Respostas Cognitivas e Comportamentais ao Singlism**

A percepção que o indivíduo tem acerca da forma como a sociedade o vê influencia a sua identidade social. De tal forma que, as percepções que o sujeito tem acerca da si estará sempre ligada às percepções que a sociedade detém sobre o grupo que o sujeito está inserido influenciando até a forma como esse grupo se vê (Tice, 1992). Essa influência é significativa e poderá ter um impacto direto no bem-estar do sujeito (Hertel et al., 2007). Assim sendo, a identidade pessoal das pessoas solteiras é moldada pela identidade social desse grupo.

De acordo com a literatura, a maneira como os indivíduos percebem a sua própria solteirice é ambígua (Zajicek & Koski 2003 cit in Hertel et al., 2007) sendo que os solteiros estão, igualmente, conscientes que a imagem pública associada ao seu estado

civil é ambivalente na sociedade (Lewis, 1994; Lewis & Moon, 1997 cit in Hertel et al., 2007). Essa imagem pública tem importantes implicações nas percepções pessoais que o grupo de pessoas solteiras detém acerca de si mesmas (Hertel et al. 2007). Se por um lado, são evidenciados traços positivos associados à experiência de ser uma pessoa solteira, tal como a independência ou a autonomia econômica e emocional, experiências de marginalização, invisibilidade ou estigmatização também são relatadas (Zajicek & Koski, 2003 cit in Hertel et al.,2007).

Os estudos acadêmicos ao compararem o grupo de pessoas solteiras ao grupo de pessoas casadas contribuem para a invisibilidade das pessoas solteiras uma vez que nesta comparação está implícita a oposição entre grupo das pessoas casados, normativo e o das pessoas solteiras, por conseguinte, desviante (Bruckmuller, 2013 cit in Hancock, 2017). Aceitar uma norma social e conformar-se a ela é requisito na percepção que a sociedade tem acerca de quem é considerado desviante (Goffman, 1963 cit in Hancock, 2017). Assim, se o casamento é a norma, e é visto como a versão social correta de relacionamento (Marzullo, 2011), quem não casa é percebido como não normativo (Eck, 2013 cit in Hancock, 2017), isto apesar das mudanças sociais e culturais verificadas ao longo dos séculos, que trazem a progressiva aceitabilidade das diferentes configurações relacionais e familiares.

Apesar de existir uma visão mais positiva associada à solteirice, este estado civil continua a ser indesejado pela maior parte das pessoas (Poortman & Liefbroer, 2010) e isto pode ser explicado, em parte, pela persistência de estereótipos negativos associados a esse estado civil. Estes tendem a influenciar a identidade social, formada pelo autoconceito do indivíduo, pela sua pertença ao grupo e pela valoração atribuída a essa pertença. A pessoa solteira que se foca nos estereótipos negativos associados ao seu estado civil poderá afastar-se do grupo que se define como tal (Benson, 2013) e até estabelecer relações românticas insatisfatórias para evitar a vida solteira (Spielmann et al., 2013).

Bourdieu (1996 cit in Byrne, 2008), por exemplo, indica que as mulheres solteiras são percebidas como inadequadas, incompletas e marcadas socialmente como um grupo “em sofrimento social”, devido ao fato de contestarem a hegemonia cultural heterossexual pró-casamento e família. Nesta linha de pensamento, as mulheres solteiras são frequentemente caracterizadas como “neuróticas”, “promiscuas” e mais “perigosas” do que mulheres casadas (Koropeckyj-Cox, 2005). Mulheres solteiras que nunca casaram são, ainda mais estigmatizadas, e são consideradas solitárias, falhadas, desajustadas,

incompletas/insatisfeitas, com algum deficit, sexualmente disponíveis, indesejadas ou desviantes (Hanconk, 2017). Essas percepções escudam-se de diversos termos pejorativos que ostracizam e rotulam as mulheres com base no seu estado civil. Tweed (2008) aponta que alguns dos estereótipos mais comuns associados às mulheres solteiras são: “lésbicas”, “solteironas” ou “encalhadas”. Segundo a autora, o uso dessa terminologia depreciativa direcionado a mulheres solteiras é usado para reforçar a cultura centrada no casamento e na família (Tweed, 2008). As mulheres solteiras ainda são frequentemente percebidas como sexualmente desviantes (e.g. excessivamente ativas ou frígidas/frustradas) (Gordon, 1994 cit in Amado, 2016).

Byrne (2008) chegou à conclusão de que diferentes narrativas (e.g. negativas e positivas) são possíveis quando o questionamento da identidade social de mulheres solteiras. As negativas estão associadas a um discurso em que ser solteira é percebido como uma identidade social inaceitável e desviante. Assim, ser uma pessoa solteira remete para:

- (a) *um déficit pessoal* – ao qual não querem ser associadas – com uma forte influência da ideologia familiar a contribuir amplamente para a percepção de que ser solteira é uma falha;
- (b) *insuficiência*, na existência da forte percepção de que o imperativo normativo “natural” inerente à identidade de uma mulher é o casamento e a família. Ser solteira significará assim, a ausência de alguma capacidade ou de algum atributo. Nesta concepção do estatuto de solteiro é frequente a dissonância cognitiva do solteiro que poderá questionar a própria identidade, uma vez que, entram em conflito as concepções normativas do que significa ser mulher (e.g. altruísta) com as concepções negativas do grupo (e.g. egoísta);
- (c) *perda e exclusão*, numa percepção de que ser solteira é ser excluída da sociedade, e de perder acesso a um mundo comum que passa a ser exclusivo a mães e esposas. Os participantes apontam a solidão e o isolamento como a grande desvantagem do estatuto, não tomando como garantida qualquer companhia nas suas vidas porque sabem que é temporária, evidenciam sobretudo a perda de intimidade, de partilha de rotinas e de contato íntimo sexual com um parceiro.

Assim sendo, o casamento continua a ser considerado como a etapa “natural” para a vida adulta onde a solteirice não é aceitável.

Contudo, Byrne (2003; 2008) alerta que as narrativas negativas se reportavam mais frequentemente em participantes que são relutantes em assumir o próprio estatuto de pessoa solteira, ou seja, aqueles que têm dificuldade em conjugar essa realidade com os estereótipos negativos que internalizaram nas suas identidades.

Por outro lado, também se encontram presentes narrativas positivas associadas ao estatuto de pessoa solteira, nomeadamente:

- (a) *ser independente e autónoma*. De fato a liberdade de escolha é apontada como um traço privilegiado de ser solteira. Da mesma forma, ser independente financeiramente e emocionalmente são aspetos mencionados associados a perceções positivas como “ser resiliente”, “forte”, criativa”, “confiante” e “motivada profissional”;
- (b) *ter controlo sobre a própria vida*. Nesta categoria as participantes priorizam a carreira profissional ou educacional com o compromisso de independência e desenvolvimento pessoal descobrindo novas facetas das suas identidades nessa busca em criar opções para as suas vidas, independentemente de constrangimentos. As participantes assumem as suas próprias ambições e sentimentos de realização e abandonam as expectativas sociais de que ser mulher é ser intrinsecamente “altruísta” repudiando as noções de feminilidade sociais socialmente construídas. A autora também chama atenção para o fato de que para estas mulheres, as relações íntimas, por vezes, são entendidas como limitadores para as suas identidades pois são obstáculos ao desenvolvimento pessoal.

A literatura sustenta, então, que existem narrativas internas conflituosas que podem levar a conflitos de identidade (Byrne, 2005). Há conseqüentemente, uma tentativa de conciliar ser mulher e ser solteira, com as convenções sociais do que essas identidades significam. Uma consequência dessa dificuldade é assumir como escolha pessoal ser-se solteira ou ainda, em gerir desejos que podem ser contraditórios, como por exemplo, querer intimidade e querer independência. Para Singly (2000, cit in Aboim, 2006), o ideal aspiracional dos indivíduos é serem «livres em conjunto», ou seja, os sujeitos constroem as suas identidades com o outro, mas desejam uma vida independente, o que conduz a

uma tensão entre as duas vidas ambicionadas, uma pessoal e a outra conjugal. Para Singly (2000, cit in Aboim, 2006) essa pressão conceptualiza uma “dupla vida”, o paradoxo do ser individualista contemporâneo.

Segundo Byrne (2008), a identidade social de mulheres solteiras é forjada numa negociação de, por um lado uma concepção patriarcal heterossexual do casamento e da reprodução, e por outro uma concepção identitária social percecionada como desviante e para além da norma. Esta oposição implica uma coerente reconfiguração da identidade, na aceitação da norma social e numa concessão entre ser mãe, esposa, profissional – mais conectada ao eu-social normativo –, e ser independente.

Na sequência deste conflito narrativo identitário Reynolds e Wetherall (2003) postulam que é criado um “eu que não seja um membro típico” da categoria solteiro, ou seja, o sentimento de pertença é fragmentado para encaixar dentro de uma realidade que objetivamente é mensurável (e.g. ser solteira), mas dentro de uma categorização mais positiva (e.g. estar numa relação, ter muitas amizades, ter várias opções relacionais). Os autores argumentam que esse tipo de trabalho cognitivo é realizado para evitar a desaprovação da sociedade ou para evitar pertencer a uma categoria que na concepção pessoal destas mulheres é negativa. Uma das razões para tal está associada ao fato de frequentemente os solteiros experienciam pressões familiares e de amigos para “obedecer” à norma, ou seja, para entrar na instituição do casamento e ter filhos (Zajicek & Koski, 2003; Tweed, 2008). Isto leva a que os solteiros adotem estratégias de resistência face às normativas sociais. Essa resistência pode acontecer a um nível mais pessoal, por exemplo, na aceitabilidade da identidade de solteira com foco nos aspetos positivos tais como aqueles mencionados assiduamente pelo grupo (e.g. independência, liberdade, autonomia) podendo inclusive ser acompanhada pela reconceptualização da identidade (Byrne, 2003).

A identidade individual é baseada e formada na pertença do sujeito em grupos sociais, nisso consiste sua identidade social (Tajfel & Turner, 1979 cit in Hancock, 2017). Dessa forma, quem o sujeito é, baseia-se na sua pertença a grupos. O sujeito ao percecionar uma desvalorização da sua identidade social sente-se ameaçado e vulnerável sendo ativadas ações que reduzam o conflito entre a sua identidade social e o *status quo*. Uma reestruturação da identidade passa a ser desejada e leva a pessoa solteira a não se qualificar como solteira ou a modificar os significados associados com o seu estado civil, redefinindo-o como temporário ou como desejado (Petriglieri, 2011; Barr, 2015 cit. in Hancock, 2017). Frequentemente, os solteiros são obrigados a explicar os seus estatutos

de solteiro à família, aos amigos e até a completos estranhos adotando várias estratégias justificativas a perguntas que consideram desnecessárias, intrusivas e irritantes para lidar com sentimentos de pena, estranheza e acusação por parte da sociedade (Situmorang, 2007).

Reynolds e Wetherall (2003) num estudo realizado com 30 mulheres solteiras com idades compreendidas entre os 30 – 60 anos, encontraram 4 categorias discursivas, 2 denegridoras e 2 idealizadas, caraterizadoras do eu-identitário-solteiro:

- (a) *solteiro como défice pessoal*. Nesta categoria a construção social do solteiro é negativa, e ser solteiro é uma falha pessoal e os seus membros são patéticos, problemáticos e dignos de pena.
- (b) *solteiro como exclusão social*. Nesta categoria o foco é na reação social a ser-se solteiro e no diálogo interno estabelecido com o eu em resposta. Aqui, o casal ocupa uma posição privilegiada no espaço social de onde os solteiros são excluídos.
- (c) *solteiro como independência e escolha*. Ser solteiro é celebrado e um estatuto privilegiado ainda que devidamente gerido para não se ser percebido como egoísta.
- (d) *solteiro como realização e auto-atualização*. Esta categoria é mais abrangente do que a anterior, incluído o desenvolvimento pessoal. Os autores apontam que categorias discursivas encontradas são polarizadas e um resultado de um problema ideológico que tem consequências na identidade mediado por “constantes conversas, diálogos e monólogos internos” que ser solteira suscita.

Já segundo Hancock (2017) outras possíveis respostas cognitivas e comportamentais ao *singlism*, são possíveis. O grupo de pessoas solteiras pode adotar crenças que suportem os estereótipos ou que se opõem a elas. Dentro da categoria que apoia o *singlism*, o autor distingue o tipo *ativo* (e.g. ter comportamentos de obediência a expectativas/presunções sociais ou evitando situações onde o *singlism* se possa manifestar) ou do tipo *passivo* (e.g. ignorando ou aceitando o *singlism*). Associadas a estas respostas comportamentais e crenças encontram-se mulheres que internalizaram a ideologia do casamento e da família e consideram que ser solteira uma falha. Da mesma forma, na categoria de oposição, esta pode ser do tipo *ativo* (e.g. procurando apoio ou conscientizando a sociedade) ou *passivo* (e.g. na recusa na conformação com a discriminação). Aqui, normalmente encontram-se

mulheres que resistem à ideologia em favor do casamento e família e que consideram que ser solteira é uma identidade positiva.

### **7. *Ser solteira e envelhecer***

A esperança média de vida das mulheres ao longo da última década tem vindo a aumentar drasticamente. Em média, as mulheres vivem mais do que os homens podendo afirmar-se que atualmente a população idosa é predominantemente feminina (Salgado, 2002). Em Portugal, por exemplo, a esperança média de vida das mulheres é de 83.5 anos e de 78,0 anos para os homens. Seguindo a mesma tendência mulheres com 65 anos têm uma expectativa de longevidade de mais 21.0 anos comparativamente a 17.4 anos dos homens (PORDATA, 2020).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), na base diferencial que sustenta a discrepância na expectativa de vida entre géneros encontram-se fatores genéticos, sociais e culturais. Desta forma, e como resultado de uma desigualdade de género na longevidade da pessoa idosa evidencia-se que “*a velhice se feminizou*” (Salgado, 2002). Assim, o *superavit* feminino, evidente demograficamente pelo aumento da esperança média de vida das mulheres, conceptualiza-se nas diferenças entre o género e envelhecimento a diferentes níveis, tais como o biológico, onde fatores hormonais desempenham um importante papel de proteção para as mulheres ou aos níveis social e cultural, onde, por exemplo, o consumo diferenciado de certas substâncias vedadas ao longo dos tempos ao sexo feminino (e.g. álcool e tabaco) ou pela restrição a papéis de género socialmente construídos (e.g. mães e esposas) que confinavam a mulher domesticamente, teoricamente as protege de perigos externos.

Por outro lado, a mulher parece cuidar mais da sua saúde, vigiando-a atentamente, principalmente no que concerne à saúde reprodutiva, sendo que a queda da mortalidade materna é também um fator de referência relevante (Dias & Serra, 2018). No entanto, e apesar de as mulheres serem o grupo com maior longevidade, não significa que vivam melhor, uma vez que historicamente são mais vulneráveis economicamente, socialmente e psicologicamente do que os homens (e.g. violência, discriminação, pobreza, isolamento) (Neri, 2007 cit in Dias & Serra, 2018).

Segundo Salgado (2002) na sociedade a mulher idosa suporta dupla estigmatização: por ser mulher e por idosa<sup>2</sup> e são vários os estudos que apontam o impacto diferencial nas representações entre homens e mulheres idosas.

Daniel e seus companheiros (2012), baseados no seu estudo com 22 profissionais de saúde dirigidas ao cuidado de idosos/as em contexto institucionalizado e utilizando a Técnica de Associação Livre de Palavras, concluíram existir uma diferenciação de género acerca das representações sociais do grupo de idosos/as. Na presença de estímulos indutores como “*envelhecer no masculino faz-me lembrar...*” e “*envelhecer no feminino faz-me lembrar...*”, os profissionais de saúde categorizaram de forma diferencial o grupo de idosos/as constatando-se aquilo que os autores denominam de “estereotipia de género”. Para os participantes, ao envelhecer no masculino estão associadas palavras como, “dependência” e “experiência”, vocábulos associados à perda de funcionalidade e autonomia e à importância atribuída às competências, enquanto que ao envelhecer no feminino palavras como “rugas” e “solidão” foram invocadas, vocábulos associados à beleza física e estética de uma mulher e às dimensões relacionais e familiares.

De facto, envelhecer biologicamente parece ser o aspeto mais importante quando se pensa sobre a mulher idosa. Segundo Negreiros (2004) a beleza física é uma característica fundamental na mulher, sendo o que a define em sociedade, isto apesar de todas as eventuais conquistas alcançadas por ela. A perceção social da “perda” da beleza, associada ao processo natural de envelhecimento, por oposição “*ao jovem e o belo*” relaciona-se com a imediata depreciação da mulher idosa. A sociedade avalia o sexo

---

<sup>2</sup> Butler (1969) cunha o termo anglo-saxónico *Ageism/Age-ism* (Idadismo) para descrever o processo discriminatório, estereotipado e preconceituoso que ocorre entre grupos em função da idade dos sujeitos. Segundo o autor, tal como o racismo ou o sexismo, o idadismo é um processo discriminatório e estereotipado contras pessoas idosas e, portanto, a sua presença na lista dos “ismos” é relevante. De acordo com Marques (2011, p. 18), “... o idadismo refere-se às atitudes e práticas negativas generalizadas em relação aos indivíduos baseadas somente numa característica – a sua idade”. Isto significa que, apesar de ser na faixa etária mais idosa que o fenómeno é mais constante, ele pode se manifestar com grupos etários diferenciados. Segundo o mesmo autor, na base de atitudes idadistas encontram-se estereótipos que se formam pelas crenças sociais de que o grupo de pessoas idosas possuem determinadas características negativas puramente devido à sua idade, considerando-se o sujeito idoso um grupo homogéneo, preconceitos cristalizados em sentimentos negativos, usualmente desdenhosos ainda que não necessariamente explícitos (e.g. paternalistas ou piedosos), bem como discriminação que se concretiza em atitudes e ações concretas que visam a exclusão da pessoa idosa da sociedade. Assim, a literatura é consistente na conclusão de que as pessoas idosas são um grupo estigmatizado e discriminado devido à sua idade. Às pessoas idosas, são associados estereótipos e atitudes negativas tais como a inflexibilidade, a solidão, a religião, a improdutividade, a doença, a depressão, a senilidade, a fragilidade e ausência da vitalidade (Nussbaum & cols., 2005). Segundo Palmore (2001), os estereótipos mais comuns atribuídos à população idosa são a doença, a impotência sexual, a lealdade, o declínio mental, a doença mental, a inutilidade, o isolamento, a pobreza/marginalização e a depressão. No entanto, também é possível encontrar estereótipos positivos associados a esta faixa etária envelhecida tais como a bondade, a sabedoria, a confiabilidade, a riqueza, poder político, liberdade, juventude eterna e felicidade (Palmore, 1999 cit in Nussbaum & cols., 2005).

feminino pela sua beleza física persistindo aquilo que Susan Sontag (1972) denomina de *duplo padrão de envelhecimento*, ou seja, os homens são avaliados pelas suas conquistas económicas e sociais e as mulheres, em iguais circunstâncias, são avaliadas pelos seus “*encantos naturais*”. Assim, ser bela parece ser o que define ser mulher na sociedade (Wolf, 1991 cit in Strey et al., 1999). Desta forma, a mulher é escrutinada segundo a sua beleza ou sobre o padrão de beleza jovem, uma vez que é sobre esse parâmetro que a comparação é realizada, normalmente negligenciando-se o momento de vida atual da pessoa idosa (Dias & Serra, 2018).

A esta discriminação associa-se, no caso das mulheres solteiras, todos os preconceitos e estigmas anteriormente mencionados. Experimentar esta etapa sozinha pode exacerbar desafios sociais e a perceção de falta de apoio social. É neste sentido, e dada a escassez de estudos, que nos propomos a ir compreender de que modo é percecionada, vivida e significada esta experiência de ser solteira por mulheres com mais de 65 anos.

## Metodologia

### *1. Objetivos e Questões de Investigação*

A literatura existente acerca de pessoas solteiras, ainda que escassa em comparação a pessoas casadas, tem sido significativa ao longo dos últimos tempos muito devido a mudanças económicas, sociais e políticas nas sociedades modernas que reconfiguraram os valores e os papéis sociais normativos. Ainda assim, e uma vez que o grupo de pessoas solteiras não é homogéneo, continuam a ser poucos os estudos científicos que se focam especificamente nas trajetórias de vida da população solteira envelhecida.

Neste contexto, o presente estudo exploratório tem como objetivo geral compreender de que modo é percebida, vivida e significada a solteirice em mulheres com mais de 65 anos. Por outras palavras, conhecer as vivências e trajetórias de mulheres idosas que nunca casaram, explorando as suas representações. Para além disso, e partindo deste objetivo, compreender, através da experiência pessoal destas mulheres, quais são os possíveis estereótipos e preconceitos vivenciados com relação às suas identidades como mulheres e idosas, percebendo ainda de que modo, permanecer solteira impactou (física, psicologicamente e socialmente) o processo de envelhecimento destas mulheres.

### *2. Participantes*

Na presente investigação participaram 8 mulheres com idades compreendidas entre os 65 e os 78 anos de idade. Todas as entrevistadas são solteiras, ou seja, nunca formalizaram institucionalmente nenhuma relação amorosa, e residem no Norte de Portugal.

A seleção das participantes foi realizada por dois métodos distintos<sup>3</sup>. Num primeiro momento, a investigadora estabeleceu o contacto e convite diretamente a potenciais participantes. Num segundo momento formalizou-se uma parceria com uma Junta de Freguesia que reencaminhou o requerimento à Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Vila Nova de Gaia.

---

<sup>3</sup> Ressalvamos que o estudo foi realizado durante o período da pandemia mundial por SARS COV 2 - COVID 19, coincidindo a recolha de dados em parte com período de estado de emergência com confinamento obrigatório, e posteriormente, durante o estado de contingência, com limitações ao nível do funcionamento e visitas externas a Centros de Dia e Lares. Ainda que a formalização dos contactos e pedidos de entrevista tenham sido feitos antecipadamente – em várias instituições públicas e privadas no Concelho do Porto –, estes vieram a ser indeferidos ou cancelados.

Em ambos os casos, o contato inicial com as participantes realizou-se por via eletrônica e/ou telefônica. Este coincidiu com a formalização do pedido de colaboração e o consentimento das entrevistadas (Anexos I e II), tendo sido explicado sucintamente os contornos do estudo e garantida a confidencialidade e anonimato das participantes.

### **3. *Recolha de dados***

Em termos metodológicos, a presente investigação é qualitativa, uma vez que o objetivo é compreender as experiências e significações dos sujeitos (Willig, 2010) de acordo com as suas próprias realidades.

A técnica de recolha de dados escolhida foi a entrevista semiestruturada, técnica qualitativa regularmente utilizada neste tipo de investigação (Pope & Mays, 2009) pois permite acesso privilegiado às histórias de vida das participantes (Tuner, 2010). Caracterizando-se, desta forma, como um meio eficaz para a exploração das suas experiências (Gaskell 2002). A entrevista foi realizada com a orientação de um guião (cf. Anexo III) elaborado pela investigadora, com base na literatura revista previamente, e considerando as questões e objetivos da investigação.

Num momento inicial, foi estabelecido um contato informal com o objetivo de tornar o ambiente confortável e a participante mais aberta no seu discurso, procedendo-se de forma mais elaborada à explicação da investigação a decorrer e ao preenchimento e, na sua impossibilidade, assentimento verbal gravado em áudio, do consentimento informado (cf. Anexo I); seguidamente foi realizada a entrevista baseada no guião elaborado (Anexo III) e finalmente, numa última fase, abriu-se espaço para a colocação de eventuais informações adicionais por parte dos intervenientes. Pretendia-se, assim, assegurar o tempo necessário para qualquer eventual exteriorização de sentimentos derivados da entrevista (Braun & Clarke, 2013).

As entrevistas aos participantes neste estudo foram realizadas recorrendo a modalidades distintas: 5 entrevistas foram efetuadas de forma presencial na residência das participantes; e 3 entrevistas concretizadas por via digital, devido ao distanciamento entre a investigadora e as participantes. Todas as entrevistas se pautaram pela salvaguarda da privacidade da participante e gravadas após a autorização explícita para a gravação áudio das mesmas. O tempo médio de cada entrevista foi variável de acordo com a participante, não ultrapassando 1 hora. Após a conclusão das mesmas, foi realizada a transcrição integral das entrevistas para a posterior análise dos dados.

#### ***4. Metodologia de análise dos dados***

No presente estudo procura-se aceder aos discursos produzidos pelas participantes assim como os seus respetivos significados numa perspetiva construtivista, uma vez que se considera que os valores, crenças, representações e significações são socialmente construídos e (re)produzidos na interação dos sujeitos com o mundo social (Burr, 1995, cit. in Braun & Clarke, 2006). Deste modo, a abordagem selecionada para analisar os dados recolhidos foi a Análise Temática, que examina, reconhece e revela padrões dentro dos dados recolhidos (Braun & Clarke, 2006).

A abordagem escolhida pela investigadora foi dedutiva uma vez que o presente estudo recorreu à revisão e fundamentação teórica prévia sobre a temática, seguida por uma posterior recolha e análise dos dados (Braun & Clarke, 2006).

A Análise Temática seguiu as orientações das etapas propostas por Braun & Clarke (2013) caracterizada pelas seguintes fases: 1) *Familiarização com os Dados*, que consiste na transcrição das entrevistas e no envolvimento da investigadora com os dados recolhidos permitindo a emergência de ideias iniciais; 2) *Produção de Códigos Iniciais*, onde se procede à codificação dos dados existentes, partindo das ideias iniciais elaboradas de acordo com a interpretação da investigadora; 3) *Pesquisa de Temas*, que consiste na análise dos códigos de forma a desenhar potenciais temas; 4) *Revisão de Temas*, onde se privilegia a relação entre os códigos e os temas garantindo que estes estão de acordo entre eles e com todo o conjunto de dados existente; 5) *Definição e Nomeação de Temas*, que consiste nas definições e significações associadas aos dados, ou seja, consiste na história geral atribuída à análise e por fim, 6) *Redação do Relatório* que consiste na organização e na posterior escrita definitiva dos resultados obtidos. Nesta fase, são extraídos os exemplos mais ilustrativos e expressivos de onde se pretende que resulte uma narrativa coesa, coerente e fiel dos dados (Braun & Clarke, 2006, 2013).

## Análise e Discussão dos Resultados

Os resultados apresentados e discutidos na presente seção da dissertação são suportados pela relação estabelecida entre as questões de investigação e os dados recolhidos do estudo e de acordo com a literatura académica considerada relevante. A partir da Análise Temática elaborada (Braun & Clarke, 2006, 2013) identificaram-se 4 temas principais (cf. figura 1) identificados por frases discursivas das entrevistadas: 1) “Foi uma escolha que eu fiz”; 2) “Digo que sou Mãe, Mãe Solteira”; o 3) “Na minha terra chamam-se Solteironas”; 4) “Ser velha é ser triste”.

O organizador central dos temas é o *Estatuto de Solteira*, uma vez que este conceito marca todos os discursos das vivências das pessoas entrevistadas. Para uma melhor compreensão e organização temática serão expostos excertos elucidativos do(s) discurso(s) das participantes.



Figura 1 – Mapa temático

### **“Foi a escolha que fiz”**

Todas as entrevistadas atribuem convictamente às suas *solteirices* significados que se compactuam com a liberdade, com a autonomia, com a escolha e com o controlo sobre as suas trajetórias de vida. Contudo, ao longo da vida do indivíduo, diversos fatores interagem e influenciam a permanência da pessoa solteira nesse estado civil. Assim, as razões que explicam a permanência do solteiro/a nesse estatuto não são diretas nem simples (Situmorang, 2007).

Solteiras por opção, todas as participantes acreditam que permanecer estatuto foi uma escolha conscientemente tomada, uma decisão livre e voluntária. No entanto, na vida destas mulheres é possível discernir circunstâncias e/ou acontecimentos múltiplos de grande impacto e que possivelmente moldaram essa decisão.

Ainda que não tenha dúvidas quando se refere à escolha de permanecer solteira: “...estou solteira porque quis!...” (E3), uma participante menciona uma experiência traumática que, certamente, impactou a decisão de se manter solteira toda a vida: “...namorei há muitos anos com um rapaz e esse rapaz fez-me muito mal e eu nunca mais quis nada com ninguém” (E3). Outra entrevistada reflete acerca do seu estatuto de solteira em conexão com uma desilusão amorosa não acreditando que uma relação amorosa pode durar: “...tive um relacionamento de 10 anos (...) correu muito mal no final, (...) deixei de acreditar em relacionamentos para toda a vida...” (E4).

A dissolução do casamento idealizado dos seus progenitores e o posterior abandono do seu pai, constituiu tanto uma desilusão amorosa como uma experiência traumática para outra entrevistada, que sempre acreditou que os relacionamentos amorosos têm prazos e que a dor emocional decorrente desse término seria inevitável: “...eu achava que se fosse para construir alguma coisa, mais dia menos dia, as coisas iriam acabar como acabaram como os meus pais (...) então era melhor não avançar para nada disso” (E7). E ainda que a mesma participante admita a existência de um trauma e a possibilidade de ter podido ultrapassá-lo em terapia: “se na altura tivesse tido alguma ajuda psicológica (...) poderia ter alterado...” (E7), é convicta quando se refere ao seu estado de solteira: “...foi uma decisão minha e que eu assumi até agora...” (E7).

Também ligações emocionais inquebráveis de dependência aos contextos familiares, que se manifestaram quer pela companhia/presença constante destas mulheres na vida quotidiana das/os suas mães e/ou pais, e mais tarde no cuidado e vigilância nas doenças dos seus progenitores, é outra das circunstâncias enunciadas pelas participantes. Uma delas declara: “... entendia que os meus pais precisavam mais de mim (...) não quis por causa de não deixar os meus pais” (E2) mesmo que, para esta, a opção desejada de ser manter solteira nunca tenha estado em causa nem nunca tenha sido concetualizada como outra coisa para além de uma decisão pessoal: “...foi uma opção que eu tomei de não casar...” (E2).

Só uma das participantes admite a ausência de controlo no seu estado de *solteirice* descrevendo-o como um estado que, “aconteceu” (E1), ainda que, seguidamente, mencione características da sua personalidade que certamente contribuíram para a

permanência nesse estatuto de pessoa solteira: “(...) *eu era muito tímida, fugia de homens*” (E1).

Ainda que, permanecer solteiras seja percebido como uma decisão livre e desejada as participantes admitem a existência de sentimentos negativos e contraditórios, “... *Agora arrependeu-me...*” (E8). No entanto, este sentimento é imediatamente conectado a sentimentos de solidão e ao seu estatuto enquanto pessoa solteira “...*eu não aconselho muito a ficar solteira porque eu sinto-me sozinha...*” (E8) que poderá advir de uma condição situacional (Beck & Young, 1978 cit in Winterstein & Rimon, 2014). Ou seja, a solidão relacionada com o empobrecimento e/ou inexistência de redes familiares e/ou sociais significativas e duradoras: “...*eu sinto-me muito sozinha (...)* Não tenho ninguém” (E8). Ainda assim, uma ligação causal entre o estatuto de *solteirice* e solidão pode ser prematura e/ou injustificada. Tal como é evidenciado por uma outra participante: “...*as pessoas falam em solidão e eu acho que solidão é, sei lá, querer falar com alguém e não ter com quem...*” (E7). De facto, a escassa literatura existente acerca desta parte da população evidencia que pessoas idosas solteiras e sem filhos/as experienciam menos solidão quando comparadas a pessoas viúvas mesmo aquelas que possuem filhos/as (Koropeckyj-Cox, 1998). Assim, a relação entre solidão e o estatuto de *solteirice* não é linear, uma vez que, a existência de outras relações que são enriquecedoras afetiva/emocionalmente contribuem para atenuar a solidão. Contudo, ainda que sentimentos de solidão possam ser vivenciados, a legitimidade do estatuto de solteiras é veemente defendido como uma decisão pessoal e uma escolha: “...*a solidão mata um bocadinho (...)* mas foi a escolha que eu fiz” (E2).

A defesa do estatuto de mulheres solteiras é ainda mais pertinente quando relaciona com aquilo que são as representações sociais da mulher solteira. Assim, ainda que nunca se tenham sentido incluídas dentro dos estereótipos usualmente associadas a mulheres solteiras as participantes admitem que eles existiam: “...*as pessoas achavam, que, aquela mulher não bate bem, ou porque ninguém está para a aturar ou porque é feia ou porque é burra (...)* nem sequer colocavam a hipótese que era por vontade própria...”(E4) – referindo-se à ideia partilhada socialmente, há 50/60 anos, de que a mulher não permanecia solteira por opção. Dessa forma, à mulher solteira era atribuído um défice pessoal que a impediria de encontrar um parceiro. De facto, diversos estudos sustentam que a sociedade vê a pessoa solteira como desviante e que possui uma identidade social inaceitável, cuja explicação pode ser encontrada na existência de um défice pessoal (Byrne, 2008).

As participantes parecem cientes dessa ideia e ainda que, afirmem que foi uma escolha consciente e desejada, é possível evidenciar no discurso destas estratégias discursivas de distanciamento acerca das concepções negativas sociais acerca do estatuto da *solteirice*, justificando o porquê de não serem verdadeiramente membros dessa categoria. Uma participante admite que, “...*tive namoros de muitos rapazes...*” (E8), aludindo ao facto que teve relacionamentos e que poderia ter casado. Outra entrevistada elucida que, apesar de não ter namorado, teve opções, “*se talvez nunca me aparecesse ninguém (...) não foi enfeitada...*” (E8), referindo-se à ideia que a mulher solteira permanece nesse estado porque não foi escolhida por nenhum homem.

Uma outra mulher afirma, “*valorizo em ser honrada...*” (E5), mencionando o facto de ser solteira e virgem, ou seja, coloca um distanciamento entre si e todas as outras mulheres solteiras que poderão ter comportamentos sexuais de promiscuidade, ou ainda outra participante que menciona precisamente o facto de não ter nenhum problema a nível sexual que a impedisse de ter relacionamentos e casar, aludindo à ideia que a mulher solteira poderá ser frígida, “*pronto boas relações sexuais, sempre foi uma boa parte resolvida minha...*” (E7).

Por fim, a existência de uma rede social alargada pela existência de muitos amigos afastando a ideia de que a mulher solteira é solitária, “*felizmente tenho pessoas que se eu precisar a qualquer hora posso ligar (...) as pessoas têm a casa aberta...*” (E7). De facto, não é incomum que um membro integrado numa determinada categoria, considerada socialmente como problemática, utilize estratégias para se afastar da mesma na tentativa de comunicar uma identidade mais positiva de si socialmente (Reynolds & Wetherell, 2003). Segundo, Inzlicht & Kang (2010 cit in Hancock, 2017) quando a mulher solteira experiênciava uma vulnerabilidade associada ao seu estatuto de solteira de acordo com as pistas ambientais sociais, ocorrendo uma ameaça para aquilo que constitui a sua identidade, há uma tentativa de reduzir esse desconforto entre a identidade social e o *status quo* pela adoção de diversas estratégias.

De facto, segundo a literatura existente as mulheres solteiras são percebidas pela sociedade como infelizes, menos bem-sucedidas, com poucas capacidades sociais, com algum défice pessoal e menos satisfeitas com as suas vidas do que as mulheres casadas. Tais crenças estereotipadas negativas podem ser internalizadas pelas mulheres solteiras (Hancock, 2017). Na tentativa de reduzir a dissonância cognitiva associada a uma identidade estigmatizada pela sociedade as mulheres solteiras podem conformar-se com

a ideologia do casamento e da família e talvez casar e ter filhos/as ou concetualizar o seu estado civil como uma identidade legítima, como uma opção de vida, uma escolha.

Assim, estas mulheres parecem utilizar mecanismos de *coping*, ou seja, estratégias cognitivas e comportamentais para lidar com os seus conflitos internos e externos que o estatuto de solteira pode suscitar (Costa & Leal, 2006). Especificamente um *coping* cognitivo ativo que consiste em adotar uma visão mais positiva sobre a situação ou ainda de *coping* de evitamento que direciona o foco para outros aspetos da situação, uma estratégia orientada para a emoção (Billing & Moos, 1981, 1984 cit in Silva, 2018). Assim, todas as entrevistadas concordam que ser solteira e permanecer nesse estatuto é uma identidade social aceitável para as mulheres, ainda que o estigma de ser solteira continue.

### ***“Digo que sou Mãe, Mãe Solteira”***

No discurso das entrevistadas, encontra-se uma clara desvalorização do impacto que permanecer solteira teve nas suas histórias de vida. Uma participante menciona que o impacto de permanecer solteira foi inexistente: *“não me mudou a vida...”* (E5) ainda que seguidamente admita: *“compreendo que se fosse casada era totalmente diferente...”* (E5) assumindo, inclusive, que uma pessoa casada é diferente de uma solteira porque: *“tem outros afazeres e obrigações...”* (E2). Uma outra acredita ainda que permanecer solteira não impactou a sua vida porque foi uma decisão voluntária: *“impacto, não porque assim, como foi uma decisão, nunca me senti mal com isso...”* (E7). Desta forma, estas mulheres parecem não admitir ou reconhecer qualquer impacto que o seu estatuto de solteirice teve ao longo do percurso das suas vidas.

No entanto, essa narrativa discursiva é colocada em causa no momento que estas mulheres mencionam a maternidade. A maioria assume que queria ter sido mãe, *“...a única coisa de ser solteira que tenho pena é de não ter sido mãe”* (E1), considerando, inclusive, que ser mãe a iria: *“completar mais...”* (E1), ainda que, seguidamente, apresente outro motivo, a vontade de deixar um sucessor, *“... gostava de ter deixado descendência...”* (E1). Assim, é evidente que impacto de ser solteira se manifestou naquilo que era um projeto ambicionado, sendo inclusive mencionado com arrependimento. A mesma participante admite ainda que: *“em nova, a gente não pensa tanto nisso...”* (E1), evidenciando aquilo que, por vezes, constituiu um problema para as mulheres solteiras, o tempo que biologicamente lhes é possível serem mães, o que muitas vezes não se compactua nem com tempo que precisam para tomar essa decisão nem com

a existência, no momento que decidem em ser mães, de um parceiro com quem partilhar esse projeto acabando por ter de ponderar outras opções. Assim, para uma mulher que deseja ser mãe e vivenciar todo o processo biológico de uma gravidez, há efetivamente um tempo biológico limite, ainda que cada vez mais extenso. Da mesma forma, outra participante menciona o mesmo desejo de ser mãe conceptualizando esse projeto no âmbito do casamento, considerando que se fosse casada teria cumprido esse papel: “...*eu era doidinha por crianças (...) gostava de ter sido mãe... casada, teria um filho...*” (E8). De realçar que, a entrevistada menciona o facto de ser virgem precisamente porque permaneceu solteira a vida toda, ainda que, tivesse namorado: “...*tive namoros de muitos rapazes e eles passado pouco tempo falavam em casar, mas nunca quis*” (E8). No entanto, é de notar que há 40 ou 50 anos o conceito de namoro era diferente do conceito de namoro atual; as mulheres estavam usualmente impedidas de iniciavam relações íntimas até serem casadas. De facto, nas sociedades contemporâneas homens e mulheres parecem ser percecionados distintamente quando se envolvem em atividades sexuais semelhantes, o chamado *duplo padrão de sexualidade* (Marks, 2008). Aos homens sempre foi permitida uma maior liberdade do que às mulheres para iniciar e manter relações sexuais antes do casamento, não existindo um julgamento social tão duro em relação a estes, mesmo em circunstâncias em que eles iniciem a sua vida sexual em idade precoce ou em relacionamentos sem compromisso (Sprecher, McKinney, & Orbuch, 1987 cit. in Rocha, 2016). Segundo um padrão sexual tradicional à mulher não é permitido, seja em que circunstância for, que tenha relações sexuais antes do casamento ou, numa progressiva mudança do paradigma, aprovado apenas, desde que essas relações sejam também elas relações afetivas. Reiss (1960, 1964) cunhou esse padrão sexual menos ortodoxo de “permissividade com afetividade”, ou seja, é socialmente aceite que ambos os sexos iniciem a vida sexual desde que o relacionamento seja afetuoso e comprometido, num padrão sexual singular, onde ambos os sexos estão sujeitos às mesmas normas sexuais (Oliver & Sedikides, 1992 cit in Rocha, 2016).

Se inicialmente o julgamento era diferenciado entre homens e mulheres quando se envolviam sexualmente antes do casamento (Reiss, 1964), atualmente são avaliados distintamente por relações sexuais sem compromisso e existência de envolvimento com múltiplos parceiros (Martins & Machado, 2009). Contudo, a forma como os mesmos comportamentos sexuais são percecionadas diferentemente para homens e para mulheres poder-se-á basear naquilo que são os estereótipos e papéis de género tradicionais que colocam a mulher em submissão, dependência e emotividade em relação ao outro

(Amâncio, 1992). A mulher é encorajada a limitar-se nas suas experiências sexuais e a permanecer “imaculada” até ao casamento e caso ele não se realize, a permanecer assim, “pura”, algo que pode ser eventualmente apreendido pelas mulheres e percebido como algo fundamental : *“Valorizo isto, a minha honra (...) Já que não namorei, podia ter namorado e não ter dado, mas não quis. (...) Valorizo em ser honrada (...)”* (E5).

Outra participante deste estudo admite que nunca quis ser mãe, no entanto, afirma sentir algum arrependimento se pensar que um filho/a seria um suporte para a sua velhice. Tal como explica: *“...se eu tivesse uma doença os filhos podiam olhar...”* (E5). De facto, não é incomum que se espere que os filhos/as um dia sejam os cuidadores oficiais dos seus pais considerando-se que uma das vantagens de constituir família é haver alguém que seja, mais tarde, um cuidador presente na velhice. Também é de realçar que a percepção de um eventual projeto de maternidade só aconteceria se a participante casasse, sendo que, a mesma admite que é: *“solteira e virgem...”* (E5) e que também nunca teve relacionamentos amorosos: *“nunca namorei, nunca na vida...”* (E5).

De igual forma, outra participante menciona que ser mãe nunca foi uma ambição, no entanto, admite que se fosse mais nova consideraria a maternidade porque se sente sozinha: *“... era um projeto meu hoje. Hoje, era o meu pensamento, porquê? Porque me sinto sozinha (...)”* (E2) ainda que deixe claro que se manteria solteira: *“há muita maneira de ter filhos sem precisar de homem...”* (E2). Curiosamente, a participante, que admite que é *“...solteira e virgem (...) e que nunca namorou...”* (E2), realizaria o projeto de ser mãe, mantendo-se solteira, ou seja, continuaria sem nunca vivenciar um relacionamento amoroso. Já outras participantes deste estudo, que também admitiram que eram virgens<sup>4</sup>, assumem que caso fossem mães seriam casadas.

Outra considera-se realizada *“...profissionalmente (...)”* (E6) mas lamenta profundamente não ter sido mãe: *“...a única coisa que na minha vida que lamento foi de não ter tido filhos. Digamos que é uma frustração na minha vida...”* (E4). No entanto, ao contrário das restantes entrevistadas esta mulher assume que foi a incompatibilidade profissional, a inconstância do seu emprego que acabou por determinar que não fosse mãe ainda que a dada altura tivesse ponderado a adoção que também acabou por não se concretizar por, ultimamente, considerar que não possuía estabilidade financeira: *“... não teve a ver com o fato de ser solteira (...), pensei em adotar (...) os anos vão passando*

---

<sup>4</sup> É de mencionar que é desconhecido nesta investigação o que significa “ser virgem” para estas mulheres e de que forma é que a suas sexualidades são e/ou foram vivenciadas ao longo das suas vidas subtendendo-se que ser virgem para estas mulheres é simplesmente nunca ter vivenciado uma relação sexual.

*e a partir de uma determinada altura deixei de sequer por essa hipótese...*” (E4). Ou seja, segundo a participante ser solteira não influenciou o facto de não ter sido mãe, no entanto, ainda que, efetivamente existem outros meios através dos quais esse projeto poderia ter sido realizado, não é descabido de supor que se a entrevistada tivesse casado, esse sonho teria sido cumprido.

Outra entrevistada admite também o seu: “...*lado maternal muito grande...*” (E7) e, tal como as outras participantes ser mãe biologicamente foi um projeto irrealizado. No entanto, esta participante considera-se mãe, porque acabou por ser madrinha de um rapaz que ajudou a criar e que hoje considera como filho o que acabou por “*colmatar a situação...*” (E7). Nas palavras da mesma: “...*criei-o como meu filho, considero o filho dele meu neto...*” (E7). Da mesma forma, para uma outra mulher entrevistada, a ligação profunda com a família de origem com quem estabeleceu relações fortes permitiu participar e acompanhar a vida dos sobrinhos/as e preencher esse desejo: “...*mas tinha as minhas sobrinhas que me chamavam de mãe e são muito minhas amigas...*” (E8). De facto, quando mencionam os acontecimentos mais significativos e positivos das suas vidas, as participantes aludem os seus contextos familiares nomeadamente: “...*foi o nascimento das minhas sobrinhas, via-as e cria-as, ajudei a criar...*” (E3).

Desta forma, para estas mulheres, as relações afetivas/emocionais estabelecidas ao longo da vida constituem os acontecimentos mais marcantes dos seus percursos. Assim, a família de origem é considerada o contexto mais importante e mais presente na trajetória de cada uma delas. Algumas delas mencionam a ligação entre investirem e envolverem-se física e emocionalmente com as suas famílias correlacionado com o fato de terem permanecido solteiras, isto apesar de, obtenham imensa satisfação dessas relações: “...*se tivesse casado, não valorizava tanto a família. Tinha outras pessoas que me preocupar...*” (E1). De igual forma, os acontecimentos com maior impacto negativo estão relacionados com perdas, emocionais e afetivas, de pessoas significativas: “...*os importantes, mais tristes da minha vida, foram a morte dos meus pais e das minhas irmãs...*” (E2). O falecimento de membros da família mais chegada é o momento mais disruptivo e doloroso mencionado por estas mulheres: “...*foi a morte dos meus pais. Foi das coisas mais tristes que me aconteceu na vida...*” (E3).

Por último, mencionar que quando pedido para se descrever uma das participantes identifica-se como mãe, descrevendo-se da seguinte forma: “... *Digo que sou mãe solteira (...)* Porque não tenho marido, Mãe solteira porque tenho um filho” (E6). Assim,

para esta participante que criou o filho sozinha, ser mãe é uma identidade, um acontecimento que a define enquanto mulher.

### ***“Na minha terra chamam-se Solteironas”***

Não é incomum que à pessoa solteira seja atribuído certos rótulos. De facto, todas as participantes admitem a existência de certos vocábulos para definir a mulher solteira identificando o termo *Solteirona* (*Spinster*) como o mais comum.

Segundo Mustard (2000 cit in Amado, 2016), o termo *Solteirona* é usualmente utilizado para estigmatizar mulheres pelo facto de serem solteiras e é um dos muitos termos pejorativos utilizados pela sociedade. Essa é também a opinião de uma participante deste estudo que admite sentimentos negativos acerca do termo: “...é solteirona e isso não gosto de ouvir (...) não gosto dessa palavra (...) dizem com uma maneira não muito agradável, com juízo de valor” (E6). De facto, certos vocábulos, claramente pejorativos, acerca da mulher solteira indicia o tipo de representações sociais acerca dela. Como uma participante aponta: “as encalhadas (...) as pessoas quando empregam essa palavra revelam logo o que pensam das pessoas solteiras” (E4).

No entanto, nem todas as mulheres solteiras sentem esse julgamento quando são referidas dessa forma. Algumas entrevistadas não atribuem qualquer significação negativa ao termo, conferido à palavra *Solteirona*, um sentido inócuo: “... é um nome como outro qualquer...” (E8), uma vez que o vocábulo transmite a realidade do estado civil destas mulheres: “...Não estão a dizer mentira nenhuma...” (E8). Uma outra não percebe qualquer ofensa “...não é nome feio isso.” (E6). O termo *Tias* também é usualmente utilizado porque as mulheres solteiras “...não casavam, ficavam para tias...” (E3).

Também são atribuídos às solteiras rótulos que se alinham com a sexualidade destas mulheres. Uma participante chega a mencionar que: “...chamavam-me puta que era por me dar com o marido da minha amiga...” (E5). O termo *Sapatonas* também é comum; de facto, a sociedade tende a perceber as mulheres solteiras que coabitam juntas como lésbicas: “...achavam que quando as mulheres moravam juntas (...) que elas eram outras coisas, sapatonas...” (E3) quando estas não possuem uma relação amorosa. De facto, Simon (1987 cit in Tweed, 2008) concluiu na sua investigação que as mulheres solteiras que são percebidas como lésbicas são forçadas a defender a sua solteirice, a demonstrar que são, efetivamente, mulheres, e a justificar a ausência de um companheiro e filhos/as, em suma, a defender a “normalidade”, naquilo que constitui a denominada

“heterossexualidade compulsória” (Rich, 1980 cit in Sharp & Ganong, 2011), conectada à ideia de que a heterossexualidade é o normal, e todas as outras sexualidades desviantes numa noção de que mulher verdadeiramente heterossexual é aquela que se submete a um hierarquia de gênero, ao homem enquanto construção social uma mulher submissa, maternal e controlada (Hays, 2004 cit in Sharp & Ganong, 2011).

Uma participante menciona em referências às mulheres solteiras que as mulheres casadas “...*têm medo de que se atirem aos maridos*” (E5). Assim, parece predominar também o estereótipo de que as mulheres solteiras são desviantes, no que concerne à sexualidade (Tweed, 2008). Desta forma, no que concerne à comunidade as mulheres solteiras são demasiado sexuais e constituem um perigo para todas as outras mulheres que estão casadas e/ou em relacionamentos amorosos assim como para as lésbicas (Byrne, 2003). A solteira tende a ser vista ou como excessivamente sexual, alguém que é uma ameaça para todas as outras mulheres e uma atração para os homens (Gonçalves, 2009) ou pelo seu oposto, uma mulher frígida (Gordon, 1994 cit in Amado, 2016).

A entrevistada também considera que: “...*se fosse casada ninguém me chamava isso...*” (E5), o que espalha a ideia de que o casamento é um estatuto de respeitabilidade na sociedade do qual as mulheres, devido ao seu estado civil, não têm.

É irrefutável que a sociedade julga diferencialmente homens e mulheres no que concerne à expressão da sexualidade. A mulher solteira que esteja confortável e expresse livremente a sua sexualidade é imediatamente rotulada de forma depreciativa (e.g. “puta”), enquanto que, ao homem são reservados rótulos mais “simpáticos” (e.g. “ganhão”). Esta propensão social para considerar os mesmos comportamentos sexuais como aceitáveis ou inaceitáveis consoante o gênero, traduz-se na noção do duplo padrão sexual (Marks, 2008). Aos homens é concedida maior liberdade e permissibilidade para explorarem a sua sexualidade (Lottes & Weinberg, 1998), não sendo, ao contrário das mulheres, descredibilizados ou desrespeitados pelos esses comportamentos (Marks & Fraley, 2006).

De mencionar que estes rótulos se encontram presentes naquilo que é a representação social e estereótipos da mulher solteira “...*na minha terra chama-se solteironas...*” (E8) sendo que, raramente esses termos são personalizados àquela mulher solteira que se conhece, com que se convive ou de quem se é amigo. Tal como afirma uma participante, “*ouço chamar aos outros (...) nunca me disseram na cara...*” (E5). Algumas mulheres admitam que, ao longo da vida, esses termos lhes possam ter sido dirigidos indiretamente, mas de forma usualmente humorística. Contudo, é através da

brincadeira que esses rótulos se mantêm em sociedade, contendo o subtil reforço de normas e expectativas culturais sociais acerca daquilo que é percecionado como sendo o papel da mulher, constituindo, muitas vezes, uma forma de pressão para a conformidade com a *Ideologia do Casamento* (Sharp & Ganong, 2011). De facto, algumas mulheres relataram que sofreram pressão nos seus contextos familiares ou sociais para casar e/ou assumir um compromisso afetivo, “*pressão, sim, da família chegada...*” (E7), porque de acordo com a prescrição de papéis e normas genderizadas a mulher tem de ser mãe e tem de ser esposa assumindo-se também perfis ideais de mulheres adequadas a esses mesmos papéis “*...achavam que eu tinha o perfil ideal para ser uma boa mãe, uma boa mulher...*” (E7), sendo difícil para estas famílias e para a sociedade aceitar que a mulher pode não quer cumprir nenhum desses papéis “*...custava-lhes aceitar porque eu não queria.*” (E7). Ainda que, casar e ter filhos/as seja também uma opção de vida a pressão é constante, uma vez que a sociedade tende a considerar de todas as opções, esta como a única correta “*...era uma estupidez, tentavam que eu saísse e que encontrasse determinados homens...*” (E4).

Estes relatos são consistentes com a literatura que conclui que as mulheres solteiras são pressionadas pelos seus familiares para assumir um compromisso afetivo e para ter filhos (Tweed, 2008). Essa pressão existe nos amigos/as, nos media e no ambiente de trabalho das mulheres solteiras onde elas são incentivadas a conviver socialmente, a explorar as suas opções e a encontrar um parceiro (Hancock, 2017). Tal como Byrne (2008), concluiu na sua investigação a identidade da mulher solteira é socialmente inaceitável e desviante sendo a pressão para casar usual. Essa ideia, contudo, aplica-se diferentemente para homens solteiros. Algumas entrevistadas consideram que a mulher solteira sofria mais pressão por parte da sociedade do que o homem solteiro, uma vez que existia, na altura, a crença geral de que o destino natural de qualquer mulher seria o casamento e a maternidade: “*...na altura, as pessoas achavam que uma mulher tinha de casar e ter filhos...*” (E3). Segundo a literatura, esta ideia normativa acerca do papel da mulher ainda se mantêm nos dias de hoje sendo o estado de solteirice percecionado como transitório (Hancock, 2017).

Contudo, a par com as mulheres solteiras, também os homens solteiros eram pressionados a casar e percecionados de forma distinta de homens casados e/ou em relacionamentos estáveis. Essa pressão conecta-se com o questionamento da sexualidade das pessoas solteiras: “*...se não for como manda as normas é logo painelero ou sapatona ...*” (E3) ou “*apontá-los (...) como gays, qualquer problema com a sexualidade mal*

*resolvida...*” (E7). Ainda assim, essa percepção era menos dura para os homens que usufruíram de um estatuto de “tolerância” pela inexistência de um limite temporal social que definisse a experiência de solteirice para estes: “...o homem era um engatidão, ainda vai casar, ainda tem muito tempo para casar e ter filhos, a mulher já não, portanto a visão é diferente...” (E4), isto ao contrário das mulheres solteiras que tinham um prazo de validade, “...era solteirona (...) porque depois passava do prazo...” (E3). De facto, a sociedade parece atribuir ao homem solteiro justificações, para a permanência nesse estatuto de solteirice, independentemente da idade, que se compactuam com a fobia ao compromisso ou o desejo de ter experiências sexuais diversificadas com múltiplas parceiras antes de casar, conferindo-lhes uma maior liberdade, permissibilidade e legitimidade nesse processo do que às mulheres solteiras.

Duas participantes acreditam que o estatuto de solteirice nos homens era percecionado como mais problemático porque os homens são dependentes das mulheres para a realização de tarefas domésticas, “...os homens têm de casar porque se não, não sabem fazer nada...” (E8), associado à existência de papéis normativos sociais que separavam os homens das mulheres: “...o homem não é como uma mulher, limpar a casa, passar a ferro...” (E2). Assim, é notório que noções de género normativos e tradicionais sempre fizeram parte da vida das entrevistadas e moldaram as suas visões do mundo. A construção social do género prescreve que à mulher seja inculcadas responsabilidades relacionados com a vida doméstica, sendo esta uma área comumente considerada como feminina, uma vez que é à mulher, nos seus diversos papéis sociais como mãe, esposa, filha, sobrinha, neta, que cabem as tarefas diárias de cozinha e limpeza da casa (Perista, 2002).

Ainda que as participantes, na generalidade, não tenham sentido tensões devido às suas escolhas de se manterem solteiras, assumem que ouviram preocupações associadas a elas: “... a minha mãe queria me ver casada para que um dia quando ela fecha-se os olhos eu poder ter uma família” (E5). De facto, a ideia de que a mulher no casamento está mais segura porque tem uma família é comum na sociedade patriarcal que tende a conceptualizar a feminilidade das mulheres em conexão com o cuidado da casa e com a presença de um marido que cumpre funções de cuidado e de protecção em relação a ela (Sharp & Ganong, 2007), ou seja, numa sociedade patriarcal a figura masculina ainda é a figura dominante num casamento e a mulher a ajuda. No entanto, a ideia de que os benefícios de um matrimónio se encontram sempre presentes pela mera existência da formalização de uma relação e de um marido, distinguindo a mulher casada da solteira é

ilusória. Tal como é explicado por uma participante: “... *Há homens que querem lá saber das mulheres (...). Ter um marido e não ter é a mesma coisa...*” (E6). Efetivamente, são vários os estudos que alertam que a existência de benefícios normalmente associadas ao casamento (e.g. melhor saúde mental, bem-estar, segurança económica, felicidade) são encontrados em relações próximas (Simon & Barrett, 2010) comprometidas (Braithwaite et al, 2010) e até nas relações de amizade (Gillespie et al., 2015 cit in Hancock, 2017). As entrevistadas parecem conscientes de que é a qualidade da relação e não a existência de uma que tem maior influência no bem-estar da mulher, seja ela solteira ou casada. No entanto e, apesar de não se sentirem pessoalmente perçecionadas diferentemente das mulheres casadas pela sociedade reconhecem a existência de uma incompreensão generalizada pela escolha em permanecer solteira: “... *porque não percebem porquê, outras talvez pensem que é uma forma de egoísmo...*” (E4). Não é incomum que a sociedade duvide do estado de solteirice da mulher solteira questionando se ele é efetivamente desejado. As mulheres solteiras são perçecionadas como culpadas pelos seus estados civis e vistas como imaturas, promíscuas, autocentradas e indisciplinadas (Morris et al., 2007).

Do mesmo modo, as participantes concordam que existe diferenças na perçecção em função da idade da mulher solteira. Mulheres solteiras mais novas e sem filhos parecem ser menos estigmatizadas pela sociedade. Para as participantes, a partir de uma certa idade que situam entre os 30 a 40 anos de idade, não é expetável que uma mulher solteira case: “*enquanto são mais jovens há sempre a perspetiva que poderão ainda casar...*” (E7). Há, então, um estigma maior para mulheres solteiras mais velhas sendo que, para uma participante esse estigma é menos duro presentemente: “...*se a mulher naquela altura não casasse até aos 21 ou 22 anos já era velha (...) aos 32 já ninguém a queria (...) passava do prazo...*” (E3). Atualmente, essa visão não é vincada da mesma forma, uma vez que é comum hoje as mulheres casarem e terem filhos mais tarde priorizando objetivos profissionais e/educacionais: “*a mulher estuda até mais tarde, como as minhas sobrinhas (...)*” (E3) sugerindo que o “ponto de viragem”, a idade que normalmente as mulheres mais refletem e são mais inquiridas pela sociedade acerca do seu estatuto de solteiras, é obsoleto (Tweed, 2008). Assim, ainda que perçecção atual das mulheres solteiras tenha vindo a mudar a sociedade assume ainda que, casar é um objetivo de vida para qualquer mulher e que essa meta será, eventualmente, cumprida.

Efetivamente, a literatura coloca os trinta anos como um marco na vida das mulheres solteiras, um período de intensa reflexão cuja presença de eventos sociais tais

como casamentos, gravidez de amigas/os, aniversários, festas sociais, permitem à mulher solteira reavaliar a sua vida e a sua identidade como mulher e como solteira (Tweed, 2008), sendo ainda socialmente expeável que a mulher solteira formalize um compromisso e/ou que case até determinada idade: “...é expeável que as pessoas se casem (...) a partir de certa idade essa expeativa dessa de existir ...” (E7). Mulheres que têm outros objetivos de vida (profissionais, educacionais, lazer) são vistas como desviantes “...mesmo aquelas que têm muito sucesso profissional (...) que têm carreiras que não se coadunam com ter filhos (...) são sempre vistas de forma diferente...” (E4). De igual forma, às mulheres solteiras parecem ser sempre requeridas justificações: “perguntavam, os amigos, perguntavam...” (E7). Assim, a partir dos 30 anos de idade, a mulher solteira é alvo de questionamentos acerca do seu estado civil, um aspeto das suas vidas que suscita curiosidade, discussão e explicações (Byrne, 2000). De facto, apesar de existir atualmente uma imagem pública mais positiva da pessoa solteira, associada à perceção que os solteiros/as são pessoas sofisticadas, inteligentes, aventureiras e sociáveis (Hertel et al., 2007) ainda é esperado que a pessoa solteira case (DePaulo, 2005).

Na seqüência de uma perceção social diferencial não é incomum um tratamento desigual entre uma mulher solteira e uma casada. Ainda que, as participantes nunca tenham sentido um tratamento diferente por parte da sociedade no contexto das suas vidas por serem solteiras assumindo até exatamente o seu oposto no contexto familiar: “... Acho que me protegem mais. Estão sempre preocupados (...) como sou solteira estão sempre com medo de que me falte alguma coisa...” (E3) e ainda que na generalidade não acreditam que essa diferença exista, isto de acordo com as suas experiências, admitem que: “...sim, há sempre aquela ideia preconcebida de que “não tens filhos” estás muito mais livre (...) porque não tens marido nem filhos...” (E4). De facto, de forma geral, a sociedade parece assumir que a mulher solteira tem mais tempo livre e disponibilidade do que as mulheres casadas ou comprometidas e com filhos/as para serem mais proactivas profissionalmente (Amado, 2016). Uma das participantes acredita que essa diferença existe quando correlacionada com a perceção da sociedade do que é ser mulher, ou seja, de acordo com as normas sociais impostas à mulher solteira, (e.g. casar e ser mãe): “...nem que a pessoa casasse com a maior peste, é casada...” (E5)

### **“Ser velha é ser triste”**

Envelhecer é um processo continuum desafiante, pautado por transformações físicas e psicológicas com profundo impacto na vida dos sujeitos sendo vivenciado de forma muito

subjetiva entre os indivíduos. Ainda que universal, o processo de envelhecimento é influenciado por diversas características da pessoa idosa (e.g. contextuais, culturais, pessoais). Ou seja, envelhecer é um processo distinto entre sujeitos.

A maioria das entrevistadas descreve o processo de envelhecer caracterizando-o como um processo de declínio físico e mental. Tal como indicado no discurso da seguinte entrevistada: *“é um processo um pouco difícil na minha experiência própria. É complicado começar a perder capacidades...”* (E4), o envelhecimento é um adversário à altura na luta quotidiana para manter a autonomia ainda que, a experiência de envelhecer seja altamente subjetiva e possa ser vivenciada de forma oposta entre sujeitos tal como uma outra participante indica, *“...a minha experiência tem sido maravilhosa. Felizmente, nunca precisei da ajuda de ninguém...”* (E2).

Outra participante vai mais além referindo esse processo apenas como aquele que é objetivamente demarcado cronologicamente podendo nem ser experienciado emocionalmente como tal: *“sabe que eu não me sinto velha? Eu tenho espírito jovem. Eu canto, eu danço...”* (E8). Contudo, esta visão mais positiva acerca do envelhecimento tem as suas limitações quando as participantes se deparam com as dificuldades (físicas e psicológicas) que inevitavelmente surgem. Assim são enunciados vários aspetos negativos associados aos seus próprios processos de envelhecimento, entre eles, aquele que se reveste na experiência de declínio da saúde (física e mental), processo que vivenciam ininterruptamente, como sendo o mais evidente. Uma participante enquadra esse processo como uma deterioração contínua: *“...o esquecimento, muito esquecimento, a cara, a pele, a vista, tudo estraga...”* (E5). Ainda que, as várias funções cognitivas (e.g. memória, atenção, orientação, atenção, aprendizagem) sofram alterações de declínio significativo com o avançar da idade, é sobretudo na corporalidade que o envelhecimento se encontra mais visível na vida destas mulheres.

Tal como indica uma entrevistada: *“a gente não se gosta muito de se ver velhas (...) a gente olhar para o espelho e ver a cara parece um trator abarrotado...”* (E3). Assim, a beleza física e a perceção da sua eventual “perda”, segundo aquilo que são os padrões estéticos sociais normativos, traduz-se em sentimentos negativos que influenciam a autoestima da mulher idosa. De facto, a questão estética encontra-se presente em muitas das respostas das participantes quando questionadas acerca dos aspetos que valorizam mais em si enquanto mulheres, principalmente em correlação com o processo de envelhecimento: *“sou mais cuidadosa com o meu aspeto físico...”* (E4) admitindo sentimentos de receio em relação a todas essas mudanças: *“sou cuidadosa, talvez com*

*medo, para a decadência não ser tão rápida...*” (E4). Segundo Negreiros (2014) a beleza física é uma característica fundamental na mulher, e o que a define em sociedade. A sua perda leva à imediata desvalorização da mulher idosa o que poderá explicar todo o autocuidado das entrevistadas para tentar desacelerar o processo de envelhecimento. A sociedade, que tende a avaliar a mulher de acordo com a sua beleza, ou especificamente, sobre um padrão de beleza jovem normalmente negligencia a vida atual da pessoa idosa (Dias & Serra, 2018), desconsiderando toda a sua história e as suas conquistas.

Ser mulher idosa e ser mulher solteira parece de igual forma colocar mais pressão sobre outro aspeto do envelhecimento, aquele que relacionado com a decadência física e mental, se conecta com a possível inexistente de um suporte presente e/ou constante na vida destas mulheres. Assim, ser uma mulher idosa solteira carrega preocupações acrescidas no que concerne a eventuais doenças e à necessidade de obterem ajuda para cuidarem de si. Tal como uma entrevistada menciona: “...a gente quando está velha começa a ter dores no corpo e não ter ninguém ao lado para ajudar é do caneco. Um filho, uma família própria...” (E3). Essa inquietação é partilhada por uma outra: “...preocupa-me vir a ter alguma incapacidade (...) e depender de outras pessoas por não ter apoio direto de alguém que vive na mesma casa, filhos.” (E7). Desta forma, é evidente que estas mulheres sentiriam mais segurança caso tivessem a certeza de que seriam ajudadas e cuidadas durante o envelhecimento, algo que relacionam com a presença de filhos/as e um eventual marido nas suas velhices, isto apesar de esse apoio poder existir através de outros/as significativas. Tal como afirma uma entrevistada o auxílio pode, por vezes, ser mais imediato precisamente por serem mulheres solteiras e a comunidade saber que estas mulheres vivem sozinhas: “... pode haver pessoas que pensam que: “ah! ela não tem ninguém, vou meter a mão”, e vir ajudar mais depressa do que aqueles que têm filhos”. (E5).

Correlacionada com a ideia de que envelhecer é um fenómeno de declínio cujas manifestações físicas e psicológicas se acentuam progressivamente, encontra-se outro aspeto negativo: a perda de autonomia e da independência, em suma, da liberdade. Uma das participantes menciona esse mesmo facto: “...não poder ir sozinha para lado nenhum, não poder tratar da minha vida” (E8). Este aspeto é de extrema importância, uma vez que, as experiências destas mulheres sempre se definiram pelo controlo e agência sobre as suas histórias. Muitas da entrevistadas assumem que desde muito cedo foram independentes. A entrada precocemente no mercado de trabalho é um exemplo de como essa autonomia moldou a personalidade destas mulheres, tal como indiciado por uma

entrevistada: “...comecei a trabalhar aos 14 anos...” (E6). Ainda que a entrada no mercado laboral há 50/60 anos tenha acontecido porque era comum e necessário que tal se concretizasse como forma de ajuda ao núcleo familiar, sendo que uma das vantagens de envelhecer é precisamente a extinção das obrigações laborais: “*não ter de ir trabalhar...*” (E1) não deixa de ser um exemplo de como estas mulheres sempre se habituaram a viver-mover livremente e independentemente, logo a perda de autonomia é sentida de forma mais profunda.

Também enquanto solteiras, estas mulheres mencionam que a independência, “*ninguém manda em mim, faço o que quero...*” (E1), a liberdade: “*ser livre como um passarinho*” (E8) e a autonomia: “*...não tenho de dar justificações a ninguém...*” (E3) são as vantagens que mais valorizam nesse estatuto mesmo enquanto decorre o processo de envelhecimento. Todas elas acreditam que essas vantagens não se compactuam com o casamento, “*...eu dizia que: “quero ser livre (...) não podia casar, porque a mulher que casa nunca mais é livre...”* (E8), ou pelo menos não é livre da mesma forma: “*...a gente ser casada tem a canseira do marido e dos filhos, é outra preocupação mais do que ser solteira*” (E5). Também a liberdade, autonomia e independência se relacionam com o processo de envelhecer no que concerne a tempos de lazer alargados: “*...conseguir fazer algumas coisas que adoro...*”(E4) que conectado com o estatuto de solteiras lhes permite ter e aproveitar tempo e oportunidades: “*...se é solteira permite ocupar o tempo com as mais variadas coisas (...) com imensas atividades...*” (E4), algo que consideram que seria diferente caso tivessem casado: “*ia ter um trambolho ao lado que me ia chatear, não ia estar sossegada a fazer as minhas coisas...*” (E3).

Assim, o facto de puderem perder a agência sobre a própria vida, uma vez que envelhecer é sinónimo de restrições e/ou limitações, físicas e psicológicas, é extremamente impactante na vida destas mulheres. Contudo, se por um lado, essa liberdade mencionada pelas participantes é de suma importância, definidora até da identidade destas mulheres, constituindo uma das vantagens em ser idosa e em ser solteira: “*não tenho de aturar velhos, maridos velhos (...)*” (E3), cuja perda da autonomia, própria do processo de envelhecer, coloca em causa, por outro, não deixam de existir ideias contraditórias nesse discurso através da menção de aspetos desvantajosos no processo de envelhecer e envelhecer sozinha. Por exemplo, para algumas participantes, sentimentos de solidão, “*...é a pessoa estar sozinha, ficar mesmo sozinha com o avançar da idade...*” (E4) conectados à ausência de uma ligação amorosa: “*as vezes a pessoa sente falta de um carinho...*” (E3), e à ausência de um companheiro com quem partilhar

problemas e projetos de vida: *“queria ir fazer uma viagem (...) mas não tenho ninguém...”* (E8), também se encontram presentes. Ou seja, ainda que o aspeto que mais valorizem nas suas solteirices e como mulheres idosas seja a independência, isso não significa que não possam sentir-se, por vezes, solitárias e/ou sozinhas e que não desejassem um parceiro e/ou outros significativos mais presentes, isto é, não significa que não desejassem ser cuidadas enquanto experienciam a velhice. Desta forma, é evidente todas as vantagens e desvantagens associadas ao processo de envelhecer enquanto mulher solteira são complexas podendo se misturar, contradizer e até, por vezes, anular no processo relacional com as diversas identidades da mulher enquanto idosa e enquanto solteira.

Ainda que as perceções pessoais acerca dos seus processos de envelhecimento sejam conscientes e processadas sem insurreição existindo no discurso das participantes quase um resignar passivo acerca de um processo que, sendo natural também pode ser disruptivo, tumultuoso e negativo, precisamente porque se reveste de profundas mudanças que abalam a vida do sujeito, é evidente que as entrevistadas consideram que a pessoa idosa é percebida de maneira extremamente negativa pela sociedade. Como indicam várias destas mulheres os/as idosos/as são: *“...vistos como um estorvo...”* (E4), *“...são um peso, um incómodo, um transtorno...”* (E7), *“...são postos de lado e isso não é só ao nível da família, mas do governo e a segurança social”* (E4), são enfim, *“...um trambolho, que só vai dar trabalho, que vai estar doente, que vai sujar tudo...”* (E3). Assim, na opinião de todas estas mulheres a pessoa idosa é estereotipada e discriminada por causa da sua idade avançada, fenómeno que Butler (1969) cunhou de *idadismo*. Uma participante, em jeito conclusivo, afirma: *“... não se valoriza nada a sabedoria dos idosos...”* (E4).

Por fim, a maioria das entrevistadas não acredita que existam diferenças de género em relação ao tratamento e à percepção da pessoa idosa solteira na sociedade, considerando que a identidade idoso/a se sobrepõe a qualquer outra onde efetivamente possam, segundo estas mulheres, existir possíveis diferenças. No entanto, uma das entrevistada acredita que o idoso exige um nível de cuidados institucionais e/ou familiares maior pois admite que as mulheres são mais independentes em relação a autocuidados físicos e psicológicos que têm consigo ao longo do envelhecimento, não se inibindo nem tendo vergonha de, por exemplo, procurar ajuda se necessário através dos serviços hospitalares ou amigos/as e/ou comunidade, quer em relação à realização de tarefas quotidianas como limpezas e higiene pessoal. Tal como a participante ilustra: *“...as mulheres mais velhas tentam*

*desenrascar sozinhas, os homens não...*” (E3). De notar que, ao longo da vida destas mulheres as noções de género eram extremamente tradicionalistas e os papéis sociais normativos categóricos e rígidos. Às mulheres eram prescritas funções de cuidadora da casa, da família, dos filhos/as enquanto ao homem funções de provedor e de segurança daí a conceitualização de que o idoso homem seria menos independente do que uma mulher idosa, uma vez que não foi socializado para assumir esse papel. De facto, características associadas à masculinidade e feminilidade socialmente construídas são consideradas inerentes e naturais e são apreendidas de acordo com as normas da sociedade originando padrões de comportamento genderizados.

## Conclusão

O presente projeto de investigação teve como finalidade principal perceber as vivências e experiências de mulheres portuguesas com 65 ou mais anos, que nunca casaram de modo a compreender de como é percecionada, vivida e significada a solteirice. Pela exploração das representações pessoais de mulheres solteiras e idosas pretendeu-se compreender ainda os possíveis estereótipos e percepções sociais vivenciadas com relação às suas identidades como mulheres e idosas, assim como o seu impacto em todo o processo de envelhecimento.

Para tal, iniciou-se a investigação explorando as temáticas da solteirice, do género e do envelhecimento. Partindo de uma reflexão acerca do estatuto de solteira e de conceitos identitários de ser mulher e de ser idosa afinou-se para outras temáticas que se influenciam e relacionam entre si, como os estereótipos/rótulos, percepções pessoais e pressão para a ideologia do casamento e da família.

Os dados obtidos levaram à construção de quatro temas pelas vozes das participantes: “*Foi uma escolha que eu fiz*”; “*Digo que sou Mãe, Mãe Solteira*”; “*Na minha terra chamam-se Solteironas*”; e “*Ser velha é ser triste*”. Os temas que surgiram da análise relacionam-se com a temática organizadora denominada de *O Estatuto de Solteira* uma vez que, todas as vivências e experiências destas mulheres foram influenciadas pelo estado civil identificado.

Foi-nos possível perceber que a permanência no estatuto de mulher solteira pode ser uma escolha deliberada e desejada. Todas as entrevistadas defendem o seu estatuto de solteiras como uma identidade legítima e como uma opção de vida. Ainda que a mulher solteira seja influenciada por variadíssimas circunstâncias de vida, o poder de decisão é sempre, ultimamente, dela. Essa decisão deve e tem de ser encarada pela sociedade como válida, uma vez que o estatuto de pessoa solteira ainda não é equacionado como um estado que o indivíduo possa efetivamente desejar porque a ideia de que as relações românticas são as mais importantes é firmada socialmente de forma incontestável (Tadesse, 2018). Contudo, também é verdade que a sociedade ainda perceciona a mulher solteira através de certos estereótipos/rótulos que influenciam a identidade desta. Para tal, a mulher solteira poderá utilizar diversos mecanismos de *coping*, estratégias para conjugar expectativas sociais que a pressionam para a ideologia do casamento e da família. As mulheres solteiras porque vivem e moldam a sua identidade numa sociedade patriarcal, heteronormativa e compulsoriamente heterossexual são incontestavelmente pressionadas

para se conformar a uma ideologia que considera o casamento e a maternidade como a norma. Como aponta DePaulo e Morris (2005), a parceria romântica é considerada a “única, verdadeira e importante relação entre pares” considerando-se que todas as mulheres querem e vão eventualmente casar e ser mães.

Na sequência dessa ideia, as mulheres solteiras que contestam a ideologia do casamento e da família são percebidas de forma distinta daquelas que escolhem casar e/ou ter filhos/as. Essas visões diferenciadas associam-se certos rótulos/estereótipos acerca de quem a mulher solteira é influenciando as suas próprias identidades. Dessa forma, as mulheres solteiras podem utilizar estratégias de distanciamento do grupo social a que pertencem de forma a transmitir aos outros/as uma imagem mais positiva acerca de quem são. Apesar de uma decisão consciente, permanecer solteiras teve impacto na vida destas mulheres, quer através da rejeição de papéis sociais prescritos (e.g. ser mãe, ser esposa), moldando as suas identidades na ausência desses, quer porque não casar conduziu à impossibilidade de os realizar (e.g. ser mãe). Finalmente, para estas mulheres envelhecer é um processo complexo cujos desafios o estatuto de solteira amplifica. As vantagens associadas ao estatuto de solteiras (e.g. liberdade, independência, autonomia) são também simultaneamente desvantagens quando associadas ao estatuto de idosas (e.g. dependência, ausência de companheiro e/ou filhos, solidão).

Conclui-se, então que, os objetivos e desafios delineados no presente estudo se concretizaram pelas reflexões sobre o que significa ser mulher solteira e idosa, desconstruindo o estado da solteirice com relação ao género, aos estereótipos, às pressões para a ideologia do casamento e da família e do envelhecimento contribuindo para a desmitificação do estatuto de solteira. Importa mencionar que, os temas e/ou conclusões nesta investigação são, apenas, representativos das vivências e representações pessoais de cada participante. Cada história partilhada é única, e a soma dela, aquela que os dados descreve, é só representativa da amostra deste estudo, não sendo infalivelmente extrapolada para outras mulheres.

No que diz respeito às limitações da investigação, ressalta-se a dificuldade em recrutar sénios participantes com as características pretendidas para este estudo, mulheres idosas e que nunca casaram. Este estudo investigativo foi realizado durante o período da pandemia SARS COV 2 - COVID 19, o que dificultou a recolha de dados devido a períodos de emergência com confinamento obrigatório e em estado de emergência, que limitou e/ou impediu o acesso a visitas externas a Centros de Dia e Lares onde se pretendia estabelecer contatos e pedidos de entrevista.

Por outro lado, a quase inexistência de estudos investigativos na temática sobre pessoas solteiras em Portugal revelou-se um desafio tendo-se recorrido a investigações realizadas nos Estados Unidos, Inglaterra e Brasil.

Em relação a futuros estudos relacionado com a temática de pessoas solteiras e, uma vez, que a literatura existente no contexto português é rara, propõe-se, por exemplo, investigações associadas à temática da sexualidade também poderá ser explorada em relação a pessoas idosas solteiras compreendendo essa dimensão em correlação ao facto de nunca terem casado. De igual forma, investigações sobre a realidade das pessoas solteiras relacionadas com o conceito de *Singlism*, da autora Bella DePaulo, percebendo se existe discriminação e em que áreas, que estratégias de *coping* são utilizadas, compreendendo qual é a perceção social e o estigma associado a pessoas solteiras, se varia e de que forma, em correlação com outras variáveis como o sexo, a orientação sexual, a religião, idade ou outros grupos de solteiros (e.g. divorciados, viúvos). Um outro estudo poderá se relacionar com a temática da solidão compreendendo de que forma ser solteiro/a impacta essa dimensão ou ainda de que forma é que as denominadas “novas solteiras”, na faixa etária dos 40 anos, experienciam a sua solteirice com relação a possíveis pressões e estereótipos sociais uma vez que, os 30 anos de idade normalmente associado ao ponto de viragem para a mulher solteira, é obsoleto.

Finalmente, importa mencionar que todo o processo de investigação foi muito enriquecedor, particularmente as entrevistas com as participantes deste estudo cujas histórias de vida são inspiradoras e de grande coragem. Há 50 ou 60 anos, ser solteira mantendo-se nesse estatuto ao longo da vida não era comum e a sociedade tinha uma ideia muito nítida, imutável e naturalizante de que papéis sociais a mulher devia assumir, de quem deveria ser. Estas mulheres desafiam essa ideologia defendendo a *solteirice* como uma opção de vida, uma escolha e uma decisão, contribuindo para uma perceção social da legitimidade dessa opção para todas as outras mulheres que desejem essa possibilidade.

A nível pessoal, esta investigação teve um hiato de 7 anos desde a conclusão da licenciatura. Voltar à faculdade para elaborar este projeto constituiu um desafio e um prazer com um resultado muito recompensador.

## Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2006), *Conjugalidades em Mudança – Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Adamczyk, K. (2016). Voluntary and Involuntary Singlehood and young adult's mental health: An investigation of mediating role of romantic loneliness. *Current Psychology*, 1-17.
- Ahuvia, Aaron C. and Mara B. Adelman. 1992. "Formal Intermediaries in the Marriage Market: A Typology and Review." *Journal of Marriage and the Family* 54(2):452-463.
- Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.
- Almeida, S. M. T. (2015). *Ficar solteiro ou investir numa relação? Motivações e efeitos no bem-estar* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/23165>
- Amado, M. C. C (2016). *Representações e vivências de mulheres solteiras sem filhos: O Estigma da solteirona na sociedade portuguesa* [Dissertação de Mestrado]. ISCTE – IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/12547>
- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Austom, D.R., Hanel, K. (1985). Psychological issues of single life in Canada: An exploratory study. *International Journal of Women's Studies* 8, 12-23.
- Band-Winterstein, T., & Manchik-Rimon, C. (2014). The experience of being an old never-married single: A life course perspective. *The International Journal of Aging and Human Development*, 78(4), 379–401.
- Baumbusch, J. L. (2004). Unclaimed treasures: Older women's reflections on lifelong singlehood. *Journal of Women and Ageing*, 16, 105-121. doi: 10.1300/J074v16n01\_08
- Braithwaite, S. R., Delevi, R., & Fincham, F. D. (2010). Romantic relationships and the physical and mental health of college students. *Personal Relationships*, 17(1), 1-12. doi:10.1111/j.1475-6811.2010.01248.x
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington, DC: SAGE Publications.

- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Budgeon, S. (2008). Couple culture and the production of singleness. *Sexualities*, 11, 301-326. doi:10.1177/1363460708089422
- Butler, R. N. (1969). Age-ism: Another form of bigotry. *The gerontologist*, 9, 243-246.
- Byrne, A. (2008). Women Unbound: Single Women in Ireland in Virginia Yans-McLoughlin and Rudy Bell (eds) *Women Alone* (pp. 29-73). Rutgers University Press: NJ
- Byrne, A. (2003), Developing a sociological model for researching women's self and social identities, *European Journal of Women's Studies*, 10, 443-464.
- Byrne, A. (2003), "Developing a sociological model for researching women`s self and social identities". *European Journal of Women`s Studies* 10, 443-464.
- Byrne, A. (2000). Singular identities: Managing stigma, resisting voices. *Women`s Studies Review* 7, 13-24.
- Byrne, A., & Carr, D. (2005). Caught in Cultural lag: The stigma of singlehood. *Psychological Inquiry*, 16, 84-141
- Clark, M. S., & Graham, S. M. (2005). Do relationship researches neglect singles? Can we do better? *Psychological Inquiry*, 16, 131-136. doi: 10.1080/1047840X.2005.9682919
- Cole, M. L. (1999). *The Experience of never-married women in their thirties who desire marriage and children* [Doctoral dissertation]. Institute for Clinical Social Work, Chicago, IL. Retrieved from [http://www.icsw.edu/downloads/dissertations/cole\\_1999.pdf](http://www.icsw.edu/downloads/dissertations/cole_1999.pdf)
- Conley, T. D., & Collins, B. E. (2002). Gender, relationship status and stereotyping about sexual risk. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(11), 1483–1494. <https://doi.org/10.1177/014616702237576>
- Costa, E. S., & Leal, I. P. (2006). Estratégias de *coping* em estudantes do Ensino Superior. *Análise Psicológica*, 24 (2), 189-199.
- Daniel, F., Caetano, E., Monteiro, R., & Amaral, I. (2016). Representações sociais do envelhecimento avo num olhar genderizado. *Análise Psicológica*, 34(4), 353-364.
- Daniel F, Simões T, & Monteiro R (2012). Representações sociais do «envelhecer no masculino» e do «envelhecer no feminino». *Ex aequo*, 26: 13–26.
- Day, M. V. (2016). Why people defend relationship ideology. *Journal of Social & Personal Relationships*, 33(3), 348-360.

- Day, M. V. (2013). Stigma, halo effects, and threats to ideology: Comment on the fewer the merrier?. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 13(1), 49-51.
- DePaulo, B. (2014). A singles studies perspective on mount marriage. *Psychological Inquiry*, 25, 64-68. doi:10.1080/1047840X.2014.878173
- DePaulo, B. M. (2006). *Singled out*. New York, NY: St. Martin's Press.
- DePaulo, B. M., & Morris, W.L. (2005). Singles in society and in science. *Psychological Inquiry*, 16, 57-83.
- Dias, M. de J. S., & Serra, J. (2018). Mulher, velhice e solidão. *Serviço Social e Saúde*, 17(1), 9-30. Disponível em: doi: 10.20396/sss.v17i1.8655190.
- Dziechciaż, M., & Filip, R. (2014). Biological psychological and social determinants of old age: Bio-psycho-social aspects of human aging. *Annals of Agricultural and Environmental Medicine*, 21(4), 835–838.
- Etaugh, C., & Malstrom, J. (1981). The Effect of Marital Status on Person Perception. *Journal of Marriage and Family*, 43(4),801-805. doi: <http://doi.org/10.2307/351337>
- Fonseca, P. N., Gouveia, V. V., Santos, J. L.F., Couto, R. N., & Coelho, G. L. H. (2017). Medo de Ficar Solteiro: Evidências Psicométricas e de Validade de uma Medida. *Trends in Psychology*, 25(4), 1499-1510.
- Frazier, P., Arikian, N., Benson, S., Losoff, A., & Maurer, S. (1996). Desire for marriage and life satisfaction among unmarried heterosexual adults. *Journal of Social and Personal Relationships*, 13(2), 225-239. doi:10.1177/0265407596132004
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (pp. 64-89). Petropolis, RJ: Vozes Limitada.
- Gonçalves, E. (2011). Novas solteiras: Ecos do feminismo na mídia brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, 41(12), 162-187.
- Gonçalves, E. (2007). *Vidas no singular: Noções sobre "mulheres sós" no Brasil contemporâneo*. Brasil, Universidade Estadual de Campinas.
- Greitemeyer, T. (2009). Stereotypes of singles: Are singles what we think? *European Journal of Social Psychology*, 39, 368-383
- Halás, M. and Formanová, L. (2010). Sociological, Demographic and Spatial Aspects of the Singles Phenomenon in the Czech Republic. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis – Geographica*, 41(2): 37 – 52.

- Hancock, L. L. (2017). *How Women Experience and Respond to Singlism: Stereotyping and Discrimination of Singles* (Doctoral dissertation). Walden University, Minneapolis, Minnesota. Disponível em: [dx.doi.http://scholarworks.waldenu.edu/dissertations/3994/](http://scholarworks.waldenu.edu/dissertations/3994/)
- Haskins, R., & Shawhill, I. (Eds.). (2007). The next generation of antipoverty policies [Special issue]. *The Future of Children*, 17(2), 3-16.
- Hellman, D. (2008). *When is discrimination wrong?* Harvard University Press
- Hertel, J., & Schütz, A. (2006). Singles: Maladjusted or stigmatized? In D. Chadee & J. Young (Eds.), *Current themes in social psychology* (pp. 255-270). Kingston, Jamaica: University of the West Indies.
- Hertel, J., Schutz, A., DePaulo, B. M., Morris, W. L., & Stucke, T. S. (2007). She's single, so what? How are singles perceived compared with people who are married? *Zeitschrift fur Familienforschung*, 19 (2), 139-158.
- Hostetler, A. J. (2009). Single by choice? Assessing and understanding voluntary singlehood among mature gay men. *Journal of Homosexuality*, 56(4), 499–531. doi:10.1080/00918360902821486.
- Ibrahim, R., & Hassan, Z. (2015). *Never-married women's perceived advantages and disadvantages of living single life: Some preliminary findings from the Malay Muslim's experience*. Conference: 16th Conference of the Australasian Human Development Association (AHDA) – Flinders University, South Australia.
- Ibrahim, R., & Hassan, Z. (2009). Understanding singlehood from the experiences of never-married Malay Muslim women in Malaysia: *Some preliminary findings*. *European Journal of Social Sciences*, 8(3), 395-405.
- Jordan, A. H., & Zitek, E. M. (2012). Marital status bias in perceptions of employees. *Basic and Applied Social Psychology*, 34(5), 474-481.
- Koropecykj-Cox, T. (1998). Loneliness and depression in middle and old age: Are the childless more vulnerable? *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 53B, S302-S312
- Koropecykj-Cox, T. (2005). Singles, society, and science: Sociological perspectives. *Psychological Inquiry*, 16, 91-97. doi: 10.1080/1047840X.2005.9682919
- Kreager, D. A., & Staff, J. (2009). The sexual double standard and adolescent peer acceptance. *Social Psychology Quarterly*, 72, 143-164.

- Kriegeer, N. (2014). Discrimination and health inequities. *International Journal of Health Services*, 44(4), 643-710.
- Lamanna, M. A., & Riedmann, A. (1994). *Marriages and families: Making choices and facing changes* (5th ed.). Belmont, CA: Wadsworth.
- Lottes, I. L., & Weinberg, M. S. (1998) Indicators of a double standard and generational difference in sexual attitudes. In C. M., Davis., W. L., Yarber, R., Bauserman, G., Schreer, & S. L., Davis (2nd ed.). *Handbook of sexuality-related measures*. (pp. 184-186). Thousand Oaks: Sage.
- Magalhães, S. I. (2011). *Como ser uma Ragazza. Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescente*. [Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação], Escola de Psicologia, Universidade do Minho.
- Marks, M. J. (2008). Evaluations of sexually active men and women under divided attention: a social cognitive approach to the sexual double standard. *Basic and Applied Social Psychology*, 30, 84-9.
- Marks, M. J. & Fraley, R. C. (2006). Confirmation bias and the sexual double standard. *Sex Roles*, 54 (1-2), 19–26. doi: 10.1007/s11199-006-8866-9
- Marques, S. (2011). *Discriminação da terceira idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Martins, S., & Machado, C. (2009). Discursos genderizados sobre a sexualidade e a violência sexual. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 52/53, 28-39.
- Marzullo, M. (2011). Through a Glass, Darkly: U.S. Marriage Discourse and Neoliberalism. *Journal of Homosexuality*, 58(6-7), 758-774.
- McDill, T., Hall, S. K., & Turell, S. C. (2006). Aging and creating families: Never married heterosexual women over forty. *Journal of Women & Aging*, 18(3), 37-50.
- McErlean, K. (2012). *Examining conceptions of singledom among older ever-singles*. [Master's Thesis]. Cornell University.
- Morris, W. L., Sinclair, S., & DePaulo, B. M. (2007). No Shelter for Singles: The perceived legitimacy of marital status discrimination. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(4), 457-470.
- Negreiros TCGM. Sexualidade e gênero no envelhecimento. *Alceu* 2004; 5(9): 77-86.
- Nussbaum, J. F., Pitts, M. J., Huber, F. N., Raup-Krieger, J. L. & Ohs, J. E. (2005). Ageism and ageist language across the life span: Intimate relationships and non-intimate interactions. *Journal of Social Issues*, 61, 287–305.

- Oliver, M. B., & Sedikides, C. (1992). Effects of sexual permissiveness on desirability of partner as a function of low and high commitment to relationship. *Social Psychology Quarterly*, 55, 321-333.
- Palmore, E. (2001). The Ageism Survey: First findings. *The Gerontologist*, 41, 572-575.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37(163), 447-474.
- Petriglieri, J. L. (2011). Under threat: Responses to the consequences of threats to individuals' identities. *Academy of Management Review*, 36(4), 641-662. doi:10.5465/AMR.2011.65554645
- Pignotti, M., & Abell, N. (2009). The negative stereotyping of single persons scale initial psychometric development. *Research on Social Work Practice*, 19(5), 639-652.
- Poortman, A. R., & Liefbroer, A. C. (2010). Singles' relational attitudes in a time of individualization. *Social Science Research*, 39, 938-949.
- Pope, C., & Mays, N. (2009). Métodos qualitativos na pesquisa em saúde. In *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde* (pp. 11-21). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Reiss, Ira. (1964). The Scaling of Premarital Sexual Permissiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 26, 188-198. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/349726>.
- Reiss, Ira. (1960). *Premarital sexual standards in America*. New York: Free.
- Reynolds, J. & Wetherell, M. (2003). The discursive climate of singleness: the consequences for women's negotiation of a single identity. *Feminism & Psychology*, 13(4), 489-510.
- Rich, Adrienne. (1983). Compulsory heterosexuality and lesbian existence, In, Ann Barr Snitow, Christine Stansell, & Sharon Thompson (Eds.). *Power of desire: the politics of sexuality* (pp. 177-205). New York: Monthly Review Press.
- Rocha, C. S. C. (2016). *"Enigma da Chave-Fechadura": Um Estudo do Duplo Padrão Sexual em Estudantes Universitários do Sexo masculino* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Salgado, C. D. S. (2002) Mulher idosa: a feminização da velhice. *Estud. interdiscip. envelhec.* (Porto Alegre), 4, 7-19.
- Severinson, M. (2010). Singles' relations. Seven life stories against the background of normative nuclear familism. *International Journal of Sociology of the Family*, 25(2), 91-104.

- Sharp, E. A., & Ganong, L. (2011). “I’m a loser, I’m not married, let’s all just look at me’’: Ever-single women’s perceptions of their social environment. *Journal of Family Issues*, 32, 956–980.
- Sharp, E. A., & Ganong, L. (2007). Living in the gray: Women’s experiences of missing the marital transition. *Journal of Marriage and Family*, 69 (3), 831-844.
- Silva, R. (2018) *Coping Resiliente, Ansiedade, Depressão, e Stress em Policias*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto
- Simon, R. W., & Barrett, A. E. (2010). Nonmarital romantic relationships and mental health in early adulthood: does the association differ for women and men?. *Journal of Health And Social Behavior*, 51(2), 168-182.
- Situmorang, A. (2007). Staying single in a married world: Never-married women in Yogyakarta and Medan. *Asian Population Studies*, 3(3), 287-304. doi: 10.1080/17441730701746433
- Slonim, G., Gur-Yaish, N., & Katz, R. (2015). By choice or by circumstance? Stereotypes of and feelings about single people. *Studio Psychological*, 57, 35-48.
- Sontag, S. (1972). The Double Standard of Aging. *The Saturday Review*, 23: 29-38.
- Spielmann, S. S., MacDonald, G., Maxwell, J. A., Joel, S., Peragine, D., Muise, A., & Impett, E. A. (2013). Settling for less out of fear of being single. *Journal of Personality and Social Psychology*, 105(6), 1049–1073.
- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbuch, T. (1987). Has the double standard disappeared?: an experimental test. *Social Psychology Quarterly*, 50, 24-31.
- Strey, Marlene Neves et al. Velhice e Casamento: vivências e visões. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 2, p. 23-34, 1999.
- Tadesse, S. (2018). *Lived Experience of unmarried women above the age of Thirty living in Addis Ababa city* [Master Thesis]. Addis Ababa University.
- Tice, D. M. (1992). Self-concept change and self-presentation: The looking glass self is also a magnifying glass. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(3), 435–451. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.63.3.435>
- Turner, D. W. (2010). Qualitative interview design: A practical guide for novice investigators. *The Qualitative Report*, 15(3), 754-760.
- Tweed (2008), *An Examination of Changing Perceptions of Singlehood*. Electronic thesis and dissertations. Available at: <http://dc.etsu.edu/etd/1943> in 12/02/2020.
- Van D. W. (2015). *Women’s experience of being single*. [Thesis in Art and Social Sciences. Department of Psychology]. Stellenbosch University.

- Waite, L. J., & Lehrer, E. L. (2003). The benefits from marriage and religion in the United States: A comparative analysis. *Population & Development Review*, 29(2), 255-275.
- Willig, C. (2010) *Introducing qualitative research in psychology*. New Delhi: Tata McGraw-Hill.
- Zajicek, A. M. & Koski, P. R. (2003), "Strategies of Resistance to Stigmatization Among White MiddleClass Singles", *Sociological Spectrum* 23, 377-403.

## **ANEXOS**

## **Anexo I – Pedido de consentimento informado**

A presente investigação realiza-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia, pela estudante Maria José Lopes Rola, sob a orientação da Doutora Sara Isabel Magalhães, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

O tema do estudo tem como objetivo o conhecimento das vivências e experiências de mulheres idosas solteiras, no sentido de compreender as suas experiências e realidade.

O método de recolha de dados pressupõe a gravação áudio, consentida, de uma entrevista semiestruturada, cujos elementos são baseados em literatura relevante e atualizada, para transcrição posterior, integral ou parcial, em formato texto, no âmbito da investigação em curso. As entrevistas terão duração aproximada de 1 hora, e serão realizadas num espaço familiar, privado e seguro dos participantes.

O presente estudo não trará nenhuma despesa, risco ou dano. O anonimato, a confidencialidade e uso exclusivo dos dados recolhidos será garantida sendo apenas usados nesta investigação em específico.

A participação neste estudo é voluntária podendo ser interrompida a qualquer momento se tal for solicitado. Caso o solicite, o participante terá acesso a todas as publicações resultantes desta investigação.

O Dissertação de Mestrado em Psicologia será apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Agradecendo a disponibilidade e a atenção,

A investigadora: \_\_\_\_\_

Após ter tomado conhecimento da informação acima mencionada, declaro que aceito participar nesta investigação.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*NB:* Na impossibilidade de o consentimento informado ser formalizado pela assinatura da participante, será realizada através de uma confirmação verbal na gravação de voz.

## **Anexo II – Confirmação do consentimento informado**

Declaro ter lido e compreendido o documento acima, onde se encontra explicitado o tema e o objetivo do estudo em investigação, bem como todas as informações verbais adicionais fornecidas.

Foi-me garantida a possibilidade de recusa ou desistência a qualquer momento do estudo sem qualquer prejuízo.

Assim, dou autorização para o indivíduo participar neste estudo, onde se irá realizar uma entrevista e gravação da mesma. Concedo permissão para a utilização dos dados recolhidos, fornecidos voluntariamente, e entendo que serão exclusivamente utilizados para fins de investigação sob as garantias de confidencialidade e anonimato explícitas no documento.

Por ser verdade, assino,

Identificação da participante: \_\_\_\_\_

Grau de parentesco e/ou tipo de responsabilidade legal: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura:

\_\_\_\_\_

## **Anexo III – Guião de Entrevista**

1. Gostaria de conhecê-la um pouco melhor. Será que poderia falar-me um pouco de si?
  - a. Como normalmente se apresenta aos outros?
  - b. Como é o seu dia-a-dia?
2. Certamente que, ao longo da sua vida, foram ocorrendo e ainda ocorrem acontecimentos importantes para si e aos quais atribui grande significado. Poderia falar-me sobre eles?
3. Ao longo da sua vida, quando questionada acerca do seu estado civil, como o descrevia? E como o descreve agora?
4. Gostaria que me falasse acerca dos relacionamentos afetivos, que ao longo da sua vida, foram ou que ainda são importantes para si?
5. Gostaria que me falasse também acerca da sua experiência como mulher.
  - a. Considera que essa experiência foi diferente por ser solteira?
6. Que impacto, considera que teve, na sua vida, o fato de ter permanecido solteira? De que forma isso moldou a sua vida?
7. Baseada nesta sua experiência, alguma vez sentiu um tratamento diferente, por parte da sociedade? Se sim, qual? E em que contexto?
  - a. Considera que esse tratamento seria distinto se não fosse solteira?
8. E relativamente ao seu próprio contexto familiar, relacional e mais íntimo, alguma vez sentiu ou sente que foi tratada, de forma diferente por ser solteira?
9. Considera que a sociedade, em geral, trata de forma diferente uma mulher que nunca casou e uma mulher casada?
  - a. E como era quando era mais nova?
10. Ao longo da sua vida, alguma vez se sentiu percecionada/vista de forma diferente por não ter casado? Se sim, de que forma? E que sentimentos associa a essa perceção de si?
11. Considera que existe uma perceção diferente, sobre ser solteira, em função da idade da mulher?
  - a. Como acha que a sociedade perceciona as mulheres mais novas ainda solteiras?
  - b. Considera que essa perceção atual é igual à que era dantes?

12. Existem muitas formas de nos referirmos a uma mulher solteira. Que vocábulos (palavras) se lembra serem usados para descrever uma mulher solteira?
  - a. Algumas dessas palavras que mencionou alguma vez foram seriam utilizadas para descrevê-la? Se sim, quais?
  - b. O que sentiu, de positivo ou negativo, quando essas palavras lhe foram dirigidas?
  
13. Ao longo da sua vida, que ideias preconcebidas, se alguma, foi ouvindo acerca de mulheres solteiras?
  - a. Se sim, que opinião tem acerca dessas ideias?
  - b. E essas mesmas ideias, na sua opinião, também se aplicavam a homens solteiros?
  
14. Olhando um pouco atrás, como acha que a sua família percecionava as mulheres que permaneciam solteiras? Concorda de alguma forma?
  - a. E de que forma, se alguma, essa visão se aplicava ou aplica a si?
  
15. Sentiu alguma vez, ao longo da sua vida, pressão social ou familiar, para casar ou para o compromisso afetivo?
  
16. E hoje em dia, acha que existe alguma diferença entre uma mulher idosa solteira e uma casada?
  - a. E com mulheres que casaram e são, atualmente, viúvas ou divorciadas?
  - b. E acha que há vantagens ou desvantagens?
  
17. Gostaria que me falasse acerca do envelhecer. Baseada na sua experiência, gostaria que me falasse das mudanças que sentiu e sente atualmente associadas a esse processo.
  
18. Considera que existem aspetos positivos no envelhecer? E negativos? Se sim, quais?
  - a. Acha que essa experiência é diferente para os homens?
  
19. Que aspetos da sua vida atualmente, se algum, enquanto mulher, valoriza mais?
  - a. Acha que seria diferente se não fosse solteira?
  
20. Que perceção considera que existe na sociedade portuguesa em relação à pessoa idosa? Considera que essa perceção é diferente para uma mulher idosa?
  
21. Se pudesse mudar algo ao longo da sua vida, o que seria?
  - a. Acha que essa mudança a faria ser uma pessoa diferente hoje?
  
22. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

*Obrigada.*